

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
SUPERIOR

MÁRCIO KLEVER JORGE MAIA

**GESTÃO DA ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFPB**

JOÃO PESSOA
2025

MÁRCIO KLEVER JORGE MAIA

**GESTÃO DA ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFPB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES), Universidade Federal da Paraíba, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas. Gestão e Avaliação da Educação Superior.

Orientadora: Professora Doutora Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento

FICHA CATALOGRÁFICA

M217g Maia, Marcio Klever Jorge.
GESTÃO DA ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA BIBLIOTECA
CENTRAL DA UFPB / Marcio Klever Jorge Maia. - João
Pessoa, 2025.
68 f. : il.

Orientação: Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. biblioteca universitária. 2. acessibilidade
arquitetônica. 3. avaliação institucional. 4. equidade.
5. educação superior. I. Nascimento, Geysa Flávia
Câmara de Lima. II. Título.

UFPB/BC

MÁRCIO KLEVER JORGE MAIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV), Universidade Federal da Paraíba, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas. Gestão e Avaliação da Educação Superior.

Aprovado em 04 de Abril de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **GEYSA FLAVIA CAMARA DE LIMA NASCIMENTO**
Data: 05/04/2025 07:37:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Dra.. Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento
(Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **MARIA DA SALETE BARBOZA DE FARIAS**
Data: 07/04/2025 11:40:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Dra. Maria da Salete Barboza de Farias
(Examinador)

Documento assinado digitalmente
 **BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEI**
Data: 07/04/2025 10:29:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
(Examinador)

DEDICATÓRIA

A Deus, que guia meus passos e acalma meu coração.

A Yasmin Maia e Arthur Maia, que são luz nos meus dias e esperança no meu futuro.

A Karla Abrantes, cuja presença tornou minha jornada mais leve e mais doce.

A Fátima Maia e Henrique Jorge, por todo amor, ensinamento e coragem plantados em mim.

Este trabalho é fruto de muitas mãos, muitos corações — e muita fé.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me dado saúde, sapiência e força de vontade para terminar mais essa empreitada.

A minha mãe Maria de Fátima Henrique Jorge Maia, por ter feito todo possível para que eu pudesse chegar até aqui, exemplo de mulher lutadora e vencedora, por toda a sua vida dedicada à família e aos filhos, eu sou muito grato.

Ao meu pai Francisco Assis Henrique Jorge por sempre apoiar nos estudos mesmo quando não tínhamos uma boa estrutura financeira em um momento que apenas ele trabalhava para manter todos nós.

Aos meus filhos Yasmin Lima Morais Maia e Arthur Henrique Marques Maia por serem sempre inspiração diária para eu seguir lutando e crescendo.

A minha namorada Karla Roberta Abrantes Marques, companheira-amiga de todas as horas, por me incentivar, por me apoiar, por toda paciência comigo, pelo amor e companheirismo que dedicou a mim.

As minhas irmãs Mayara Larissa Jorge Maia e Mara Laurany Jorge Maia, aos meus familiares por toda paciência e por compreenderem a ausência.

A Professora Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento sempre pronta para oferecer ajuda, especialmente quando tudo parecia intransponível, pela confiança no meu potencial, e a dedicação intensa, à amizade sincera e à orientação magnífica fornecida para a concretização deste projeto.

A banca examinadora nas pessoas das professoras doutoras, Maria da Salete Barboza de Farias e Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, pelas contribuições no processo de avaliação, que foram fundamentais para a melhoria do projeto e também por terem aceitado o convite.

A todos os professores do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR da UFPB, que com seus ensinamentos contribuíram e muito para a minha formação profissional e aos que contribuíram com algo a mais, em especial às Professoras Edineide Jezine, Lisie Marlene, Maria da Salete, Mariana Lins, Ana Paula Furtado, Uyguciara Velôso.

Aos Colegas e Amigos João Henrique Lucena Da Costa e Jeruzalém De Lima Silva que me ajudaram na revisão do texto e na construção das ideias de forma fundamental para o andamento do trabalho.

Ao professor Mariano Castro Neto por toda paciência e pelas importantíssimas colaborações na elaboração deste.

Aos Amigos de Sempre por todo apoio da Biblioteca Central, Clebson Leandro Beserra Dos Anjos, Dayvson Silva De Melo, Fernando Augusto Alves Vieira, Hermano De Albuquerque Guerra, Mônica De Paiva Santos, Nerialdo Domingos Lacerda, José Ubirajara Lacerda, Joas Jeronimo Dos Santos, Theresa Cynthia Miranda Souza Alves E Maria Do Socorro Galdino.

A todos os colegas de turma, por ter atravessarmos juntos esse período de experiências e aprendizado. Aos amigos que fiz e com quem compartilhei alegrias, angústias e apereios, a quem considero bastante. A direção da Bibliotecas Central em nome do diretor Fernando Augusto Alves Vieira, pelo apoio em abrir as portas para a realização deste trabalho. A todos vocês, muito obrigado!!!

Não desista dos seus sonhos, pois és um guerreiro com tantas lutas e superação, que não é justo olhar para trás agora. Seja insuperável e inigualável para os olhos de quem não está do teu lado. Desvie de obstáculos intensificando sua determinação, seja um guerreiro corajoso, seja um guerreiro valoroso. E, quando você se vê sem

saída, acredite nas esperanças que rodeiam suas certezas.

Julio Aukay

RESUMO

A acessibilidade nas bibliotecas universitárias representa um pilar fundamental para a democratização do conhecimento, o exercício da cidadania e a permanência estudantil no ensino superior. Este estudo tem como objetivo analisar as condições de acessibilidade arquitetônica da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com base na norma ABNT NBR 9050:2020 e nos critérios da dimensão infraestrutura do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza aplicada e caráter descritivo. Como técnicas de coleta de dados, foram utilizadas a pesquisa documental, a observação direta e a aplicação de checklist avaliativo, elaborado a partir de diretrizes normativas. Foram analisados documentos institucionais, como a Autoavaliação Institucional e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), além de registros fotográficos das instalações físicas da biblioteca. O referencial teórico foi construído a partir de autores como Dias Sobrinho, Ristoff, Sasaki e Morosini, que concebe a qualidade da educação superior como indissociável do princípio da equidade. Os resultados revelam a existência de barreiras físicas e sinalizam a necessidade de adequações estruturais para garantir o acesso pleno e seguro a todos os usuários. Ao final, são apresentadas recomendações que visam subsidiar ações institucionais voltadas à inclusão e à melhoria da infraestrutura, contribuindo para os indicadores de qualidade avaliados pelo SINAES e para a consolidação da responsabilidade social universitária.

Palavras-chave: biblioteca universitária; acessibilidade arquitetônica; avaliação institucional; equidade; educação superior.

ABSTRACT

Accessibility in university libraries is a fundamental pillar for the democratization of knowledge, the exercise of citizenship, and student retention in higher education. This study aims to analyze the architectural accessibility conditions of the Central Library of the Federal University of Paraíba (UFPB), based on the ABNT NBR 9050:2020 standard and the infrastructure dimension criteria of the National Higher Education Evaluation System (SINAES). The research adopts a qualitative, applied, and descriptive approach. Data collection techniques included documentary research, direct observation, and the application of an evaluation checklist based on regulatory guidelines. Institutional documents such as the Institutional Self-Assessment and the Institutional Development Plan (PDI) were analyzed, along with photographic records of the library's physical facilities. The theoretical framework is based on authors such as Dias Sobrinho, Ristoff, Sasaki, and Morosini, who defines quality in higher education as inseparable from the principle of equity. The findings reveal the presence of physical barriers and highlight the need for structural adaptations to ensure full and safe access for all users. Finally, recommendations are presented to support institutional actions focused on inclusion and infrastructure improvement, contributing to quality indicators evaluated by SINAES and reinforcing the university's social responsibility.

Keywords: university library; architectural accessibility; institutional evaluation; equity; higher education.

LISTA DE FOTOGRAFIA

Fotografia 1: Estacionamentos da Biblioteca (Reitoria).....	44
Fotografia 2: Estacionamentos da Biblioteca (Centro de Vivência).....	46
Fotografia 3: Calçadas de acesso.....	47
Fotografia 4: Rampas de acesso.....	48
Fotografia 5: Sistema antifurto.....	50
Fotografia 6: Balcão de empréstimo.....	51
Fotografia 7: Mesas de estudo.....	52
Fotografia 8: Térreo	53
Fotografia 9: Primeiro andar.....	53
Fotografia 10: Segundo andar.....	54
Fotografia 11: Mapa tátil.....	56
Fotografia 12: Banheiros adaptados.....	57
Fotografia 13: Elevadores.....	58

LISTA DE ORGANOGRAMA

Organograma 1: Biblioteca Central da UFPB.....	25
---	-----------

LISTA DE SIGLAS

CI – Ciência da Informação

CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

IES – Instituições de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MPPGAES – Mestrado Profissional em Política, Gestão e Avaliação da Educação Superior

PNE – Plano Nacional de Educação

SAPIENS – Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior

SIEDSup – Sistema de Informação Educacional do Ensino Superior

SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Justificativa	16
1.2 Objetivo Geral	19
1.3 Objetivos Específicos	19
2 UM OLHAR ESTRUTURADO PARA A ACESSIBILIDADE: METODOLOGIA DO CHECKLIST	20
2.1 Biblioteca Central da UFPB: trajetória, transformações e seu papel na acessibilidade acadêmica	22
3 A DEMOCRATIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO	26
3.1 Estado da arte da acessibilidade no ensino superior: perspectivas, desafios e produção acadêmica	29
3.2 A acessibilidade no processo de avaliação das Instituições Federais de Ensino Superior	32
4 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: PILARES DE TRANSFORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR	36
4.1 Conhecimento sem barreiras: o compromisso da biblioteca universitária com a inclusão	40
5 ANÁLISE DOS DADOS	43
5.1 Análise da Acessibilidade no Estacionamento da Reitoria	43
5.2 Estacionamento ao Lado do Centro de Vivência	44
5.3 Calçadas de Acesso à Biblioteca Central	46
5.4 Rampas de Acesso da Biblioteca Central	47
5.5 Acessibilidade na Entrada da Biblioteca Central	49
5.6 Balcão de Empréstimo da Biblioteca Central	50
5.7 Acessibilidade na Mesa Comum da Biblioteca Central	51
5.8 Acessibilidade na Distância entre as Estantes – Térreo	52
5.9 Distância entre as Estantes – Primeiro Andar	53
5.10 Distância entre as Estantes – Segundo Andar	54
5.11 Acessibilidade do Mapa Tátil na Biblioteca Central	54
5.12 Acessibilidade no banheiro adaptado próximo à administração	56
5.13 Acessibilidade nos Elevadores da Biblioteca Central	57
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61

REFERÊNCIAS
1 INTRODUÇÃO

A biblioteca universitária é um órgão suplementar da universidade, sustentado financeiramente pela instituição, para contribuir com seus objetivos, padrões culturais e compromisso com o desenvolvimento dos cidadãos para a sociedade. Os recursos informacionais gerenciados pela biblioteca são essenciais para que a universidade cumpra sua principal função: a geração de conhecimento. A universidade produz as informações, enquanto a biblioteca as registra e divulga, desempenhando um papel fundamental no ciclo de criação e disseminação do saber.

A comunidade acadêmica pesquisa na biblioteca para produzir conhecimento e, subsequentemente, entrega sua produção em recursos de informação. A atuação das bibliotecas universitárias é determinante no desenvolvimento educacional do ensino superior, dando acesso à informação necessária ao progresso intelectual da comunidade acadêmica.

As bibliotecas desempenham serviços essenciais na era do conhecimento, atuando como verdadeiros portais para o universo da informação. Nesse cenário, onde os dados são gerados, armazenados, recuperados, processados e transmitidos, surge a sociedade da informação, um novo período em que a informação se torna indispensável e estratégica tanto para a economia quanto para a sociedade. A informação consiste em um conjunto de dados acessíveis, enquanto o conhecimento, resultado do processo de aprendizagem, representa a apropriação de ideias e resultados de pesquisas, sendo considerado um fator importante para a superação de desigualdades.

As bibliotecas universitárias desempenham um papel importante na organização e armazenamento de documentos, garantindo a acessibilidade e a ampla disponibilidade da informação. Além disso, têm a missão de buscar estratégias para disseminar o conhecimento, colaborando ativamente na sua produção e socialização dentro da universidade. Nesse contexto, assumem a função de espaços de comunicação pedagógica, facilitando a interação entre discentes e docentes e promovendo a circulação do saber em toda a instituição. (Carvalho, R., 2004).

Pupo e Santos (2001) ressaltam que o direito à informação é a cidadania em exercício pleno, a biblioteca universitária trabalha como um agente mediador entre o conhecimento gerado e o usuário. A recuperação e utilização dessas informações, tem o compromisso de democratizar seus espaços, facilitando o acesso de qualquer usuário, sem segregação ou discriminação. As bibliotecas universitárias tem que dar suporte aos alunos na busca da informação, esse é um direito que traz liberdade e confiança. Apoiados no direito à informação, os alunos devem ser consumidores de informação e conhecimento planejados a partir de suas necessidades.

Para que as bibliotecas universitárias executem seu dever, é essencial uma transformação dos padrões: modificar estruturas, remodelar processos, implantar inovações tecnológicas para que se possa atender às necessidades e interesses de seus usuários. As políticas e diretrizes da biblioteca universitária devem focar na garantia dos direitos da informação e na valorização do ser humano como metas a serem atingidas nessa reestruturação.

Esta pesquisa está inserida na Linha de Pesquisa 1: Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da UFPB. A investigação aborda diretamente o impacto das políticas públicas voltadas à acessibilidade no contexto da educação superior, com foco na Biblioteca Central da UFPB, enquanto espaço estratégico para permanência e inclusão de estudantes com deficiência.

Ao analisar a aplicação da norma ABNT NBR 9050:2020 e os critérios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a pesquisa articula elementos fundamentais da formulação, gestão e avaliação de políticas públicas educacionais. A partir de uma abordagem qualitativa, propõe também instrumentos de diagnóstico e planejamento institucional, como o checklist, que podem subsidiar ações de gestão mais eficazes e inclusivas.

Dessa forma, o estudo contribui para o aprimoramento da gestão de políticas públicas no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior, promovendo reflexões sobre o papel das bibliotecas universitárias como agentes de democratização do acesso à informação e à

permanência estudantil. A pesquisa se alinha, assim, aos objetivos da linha temática ao propor soluções práticas e metodológicas para os desafios contemporâneos da gestão da educação superior pública.

Como parte integrante desta dissertação, foi desenvolvido um produto educacional voltado para a promoção da acessibilidade nas bibliotecas universitárias, com foco especial na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O produto consiste na elaboração de um guia de recomendações para a melhoria da acessibilidade arquitetônica, elaborado a partir da aplicação de um checklist baseado na norma ABNT NBR 9050:2020 e em diretrizes de acessibilidade presentes em políticas públicas educacionais.

O guia tem por objetivo fornecer subsídios práticos para gestores, bibliotecários e demais atores institucionais envolvidos na promoção da inclusão no ensino superior, servindo como instrumento de apoio à tomada de decisões na área da acessibilidade. Trata-se de uma ferramenta aplicável tanto no contexto da UFPB quanto em outras Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente aquelas que enfrentam desafios semelhantes no que diz respeito à infraestrutura e ao atendimento a pessoas com deficiência.

O material foi estruturado de forma clara, com linguagem acessível e foco na aplicabilidade. Inclui orientações técnicas, exemplos práticos e sugestões de adaptações, além de destacar a importância da acessibilidade para os processos de avaliação institucional conduzidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Com isso, o produto busca contribuir não apenas para a promoção de um ambiente mais inclusivo, mas também para o fortalecimento da responsabilidade social universitária e para a melhoria dos indicadores de qualidade das IES.

1.1 Justificativa

Há uma motivação pessoal especial para esta pesquisa, diretamente ligada à minha trajetória profissional, sempre conectada ao universo das bibliotecas. Minha jornada começou em 2002, quando, ainda estudante de Biblioteconomia, tive a oportunidade de estagiar na

Biblioteca do Curso de Física da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Em 2004, participei do Projeto É pra Ler, da Prefeitura Municipal de João Pessoa, experiências que moldaram meu caminho e reforçaram meu compromisso com a área.

Desde então, minha atuação tem sido marcada pelo cuidado com livros, periódicos e outros materiais, além do atendimento dedicado aos usuários. No entanto, em diversas ocasiões, enfrentei desafios ao tentar fornecer suporte adequado, especialmente na busca por materiais acessíveis para alunos com deficiência. Essas dificuldades despertaram preocupações e exigiram mudanças, evidenciando a necessidade de tornar a biblioteca um ambiente mais inclusivo.

Em 2011, participei de um curso de capacitação oferecido pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE/IFPE) para profissionais do Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Pernambuco (SiBi/IFPE). O curso focava na promoção de mudanças de atitude, comportamento e qualidade no atendimento, visando a inclusão de alunos com deficiência. Durante a formação, foram identificadas barreiras enfrentadas por esses estudantes e discutido o papel das bibliotecas na acessibilidade no ensino superior.

Além da adequação do espaço físico, outro desafio recorrente era a captação de recursos para aquisição de equipamentos específicos. A cada novo aluno com deficiência, surgiam demandas particulares que precisavam ser atendidas, tornando a acessibilidade um processo contínuo. Em 2014, no IFPE, atuei no Núcleo de Apoio à Pessoa com Deficiência (NAPNE), posteriormente assumindo a coordenação da comissão. Após receber treinamento, passei a replicá-lo para bibliotecários de diferentes campi, ampliando o alcance da iniciativa também para professores e gestores.

Atualmente, como bibliotecário no setor de Referência da Biblioteca Central (BC) da UFPB, percebo a ausência de estudos aprofundados sobre a acessibilidade nesse espaço. A análise dessa realidade pode fornecer subsídios valiosos para a implementação de melhorias e adaptações que atendam às necessidades dos usuários com deficiência. Políticas públicas eficazes são essenciais não apenas para garantir o acesso, mas também para promover o sucesso acadêmico desses estudantes. A Biblioteca Central do Campus I da UFPB deve ser um espaço verdadeiramente inclusivo, assegurando condições equitativas para todos.

Minha escolha pela Biblioteca Central da UFPB como objeto de pesquisa decorre da minha experiência profissional nesse ambiente, onde atuo no atendimento ao público. No dia a dia, percebo a importância de garantir acesso igualitário à informação, mas também me deparo com barreiras estruturais que comprometem essa inclusão.

Um episódio marcante ocorreu em 2018, quando um aluno cadeirante visitou a biblioteca e encontrou os elevadores quebrados, impossibilitando seu acesso aos andares superiores. Inicialmente, me ofereci para buscar os materiais que ele precisava, mas ele recusou, expressando o desejo de escolher os livros por conta própria. Diante da situação, reunimos algumas pessoas e, com seu consentimento, o carregamos junto com a cadeira de rodas pelas escadas. O que mais me impactou foi a satisfação do aluno ao poder explorar o acervo autonomamente, algo que deveria ser garantido por meio de infraestrutura adequada, e não por soluções improvisadas.

Essa experiência me levou a refletir sobre os desafios enfrentados por usuários com deficiência nas bibliotecas universitárias. Infraestrutura inadequada, ausência de rotas acessíveis e mobiliário não adaptado ainda são obstáculos recorrentes. Embora a ABNT NBR 9050 estabeleça diretrizes para acessibilidade em bibliotecas, a realidade mostra que muitas instituições não seguem integralmente as normas, comprometendo a experiência de usuários com deficiência. Esse desalinhamento entre a legislação e a prática reforça a necessidade de ações concretas para adaptar as bibliotecas e garantir o direito universal ao acesso à informação.

Diante disso, minha pesquisa busca compreender as dificuldades enfrentadas por estudantes com deficiência e propor soluções alinhadas às diretrizes da ABNT NBR 9050. Ao aprofundar essa discussão, espero contribuir para a implementação de práticas mais inclusivas, assegurando que a biblioteca cumpra seu papel como espaço democrático de aprendizado e pesquisa.

O estudo analisa a realidade da instituição no que se refere à acessibilidade, identificando barreiras e facilitadores, além dos avanços e desafios enfrentados na Biblioteca Central da UFPB. A pesquisa pretende contribuir para a efetivação do direito ao acesso à informação, fundamentada na observação direta e em registros fotográficos.

A questão norteadora do estudo é: Como as normas de acessibilidade arquitetônica estão sendo aplicadas na Biblioteca Central do Campus I da Universidade Federal da Paraíba?

No contexto da educação inclusiva, diversas iniciativas vêm sendo implementadas nas universidades, e as bibliotecas desempenham um papel fundamental ao oferecer recursos de informação que auxiliam na permanência e no desenvolvimento acadêmico de estudantes com deficiência. A acessibilidade nesses espaços não apenas melhora a qualidade da formação desses alunos, mas também contribui para a redução dos índices de evasão.

1.2 Objetivo Geral

Analisar o nível de acessibilidade da Biblioteca Central em conformidade com os padrões estabelecidos pela NBR 9050, visando atender às necessidades de pessoas com deficiência física.

1.3 Objetivos Específicos

- a) Verificar o cumprimento das diretrizes de acessibilidade da NBR 9050 na Biblioteca Central do Campus I da UFPB, com ênfase nas necessidades de pessoas com deficiência física e cadeirantes;
- b) Examinar o layout e as condições estruturais da Biblioteca Central, identificando barreiras físicas e elementos facilitadores para o acesso de usuários com deficiência;
- c) Avaliar a adequação dos serviços oferecidos, assegurando um ambiente acessível e inclusivo, que atenda às demandas de pessoas com deficiência.

Esta dissertação está organizada em sete capítulos. O Capítulo 1 introduz o tema, apresenta a justificativa e os objetivos do estudo. O Capítulo 2 detalha a metodologia empregada e suas etapas. O Capítulo 3 discute a democratização e expansão do ensino superior brasileiro. O Capítulo 4 aborda a importância das bibliotecas universitárias como agentes de transformação no ensino superior. O Capítulo 5 analisa o estado da arte da acessibilidade no ensino superior. O Capítulo 6 apresenta a análise dos dados, caracterizando a acessibilidade na Biblioteca

Central da UFPB, além dos instrumentos e técnicas de coleta de informações. Por fim, o Capítulo 7 traz as considerações finais, as referências bibliográficas e os anexos relacionados à pesquisa.

2 UM OLHAR ESTRUTURADO PARA A ACESSIBILIDADE: METODOLOGIA DO CHECKLIST

Esta seção apresenta o percurso metodológico da pesquisa, detalhando os procedimentos investigativos adotados para alcançar os objetivos propostos. A construção metodológica segue uma lógica estruturada que integra métodos de coleta, análise e interpretação dos dados, garantindo alinhamento com as questões norteadoras do estudo. Conforme Lakatos e Marconi (2022), a metodologia deve oferecer um caminho rigoroso para a investigação científica, fundamentando-se em procedimentos sistemáticos que possibilitem a obtenção de resultados válidos e confiáveis.

O presente estudo possui caráter aplicado, pois busca gerar conhecimento voltado para a solução de um problema real, no caso, a acessibilidade na Biblioteca Central da UFPB. Além disso, adota uma abordagem qualitativa, que, segundo Richardson (1999), permite compreender fenômenos em profundidade, privilegiando significados e interpretações. O desenho metodológico também se classifica como exploratório e descritivo, uma vez que tem como finalidade identificar e caracterizar os desafios de acessibilidade enfrentados pelos usuários.

Para a coleta de dados, foi utilizada a técnica do checklist, um instrumento amplamente empregado em pesquisas avaliativas. Gawande (2009) destaca que checklists são ferramentas eficazes para garantir que aspectos essenciais não sejam negligenciados, organizando informações de forma clara e sistemática. Dessa forma, a aplicação do checklist

permitiu uma análise detalhada das condições estruturais e dos serviços da Biblioteca Central, de acordo com os padrões da ABNT NBR 9050.

A pesquisa foi conduzida em sete etapas, garantindo um processo rigoroso e sistemático:

Análise preliminar da unidade de informação – Visita inicial à Biblioteca Central para mapear a gestão informacional do acervo e identificar aspectos relevantes à acessibilidade.

Desenvolvimento do instrumento de avaliação – Elaboração do checklist com base na literatura especializada e nas normas técnicas vigentes.

Validação do checklist – Ajustes no instrumento após observação no local, assegurando sua adequação ao contexto da biblioteca.

Coleta de dados – Aplicação do checklist para avaliar o espaço físico e os serviços prestados.

Comparação com diretrizes normativas – Análise dos dados à luz da ABNT NBR 9050 e das diretrizes educacionais para bibliotecas universitárias.

Interpretação dos resultados – Sistematização das informações obtidas para identificação de barreiras e boas práticas.

Elaboração de um guia de recomendações – Desenvolvimento de um documento orientador para gestores e bibliotecários, visando melhorias na acessibilidade da Biblioteca Central.

Essas etapas garantem que a pesquisa siga um fluxo lógico e fundamentado, proporcionando um diagnóstico preciso das condições de acessibilidade da biblioteca.

A coleta de dados baseou-se na aplicação de um checklist elaborado a partir de uma revisão bibliográfica aprofundada sobre gestão de acessibilidade em bibliotecas universitárias. A ferramenta foi desenvolvida para avaliar a conformidade da Biblioteca Central com os

parâmetros estabelecidos pela ABNT NBR 9050, norma que regulamenta a acessibilidade em edificações e espaços públicos.

A aplicação do checklist incluiu a observação de 13 elementos estruturais essenciais para a acessibilidade. Cada item foi avaliado com uma escala de 1 a 5, conforme a seguinte classificação:

- 1 – Insuficiente: item ausente ou inoperante.
- 2 – Limitado: item presente, mas com deficiências significativas.
- 3 – Regular: item funcional, mas aquém.
- 4 – Bom: item conforme as diretrizes normativas.
- 5 – Excelente: item acima dos padrões exigidos, promovendo plena acessibilidade.

O checklist permitiu uma avaliação criteriosa das barreiras físicas e dos facilitadores de acessibilidade na biblioteca, fornecendo uma base empírica para recomendações futuras. A metodologia adotada possibilitou não apenas um diagnóstico das condições de acessibilidade da Biblioteca Central, mas também a formulação de estratégias de aprimoramento. Além de contribuir para o planejamento institucional da UFPB, os resultados deste estudo poderão servir como referência para outras bibliotecas universitárias que buscam promover inclusão e acessibilidade.

Ao seguir um percurso metodológico estruturado, a pesquisa reforça a importância da acessibilidade no ensino superior, destacando o papel das bibliotecas como espaços democráticos de produção e disseminação do conhecimento.

2.1 Biblioteca Central da UFPB: trajetória, transformações e seu papel na acessibilidade acadêmica

A Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) tem como missão oferecer suporte informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição. Sua regulamentação foi proposta em 1967 pelo bibliotecário e professor universitário Edson Nery

da Fonseca, responsável pelo projeto *Teoria da Biblioteca Central*. No entanto, sua efetiva implantação ocorreu apenas em 11 de agosto daquele ano, com sede provisória em uma sala do Instituto de Matemática, nas proximidades do Conjunto Residencial Castelo Branco, no mesmo prédio onde atualmente funciona a Central de Aulas. Seu acervo inicial era composto por aproximadamente 15 mil livros, obtidos principalmente por meio de doações.

Nos anos seguintes, a Biblioteca Central passou por diversas mudanças de endereço. Em 1972, foi transferida para a Biblioteca da Escola de Engenharia e, em 1976, para o prédio da antiga Faculdade de Educação. No final desse mesmo ano, teve início um processo de reestruturação e consolidação da biblioteca como o núcleo coordenador das bibliotecas setoriais da UFPB. Foi nesse contexto que a administração universitária reconheceu a necessidade de uma sede definitiva para a biblioteca, resultando na construção do prédio atual, que conta com uma área de 8.500m² no Campus de João Pessoa.

Ainda em 1976, a biblioteca iniciou um importante processo de modernização. Houve a contratação de novos bibliotecários, a atualização do acervo, a elaboração de um regulamento para o Sistema de Bibliotecas e a implementação de novos serviços. Em 1980, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) aprovou esse regulamento, consolidando oficialmente a Biblioteca Central como um órgão essencial para a estrutura acadêmica da UFPB. Paralelamente, foram iniciadas iniciativas de automação, visando maior controle sobre o acervo e a eficiência dos serviços prestados.

Com o passar dos anos, a estrutura organizacional da Biblioteca Central foi sendo aprimorada para acompanhar as necessidades institucionais e do público acadêmico. Atualmente, sua organização se divide da seguinte forma:

- Direção da Biblioteca Central
 - Coordenação de Atendimento ao Usuário
 - Serviço de Referência e Empréstimo
 - Serviço de Atendimento Especializado
 - Coordenação de Tratamento da Informação
 - Serviço de Processamento Técnico
 - Serviço de Desenvolvimento de Coleções

- Coordenação de Tecnologia da Informação
 - Serviço de Automação de Bibliotecas
 - Serviço de Suporte Técnico
- Coordenação Administrativa
 - Serviço de Gestão de Pessoas
 - Serviço de Manutenção e Infraestrutura

Essa estrutura possibilita um funcionamento eficiente da Biblioteca Central, garantindo que seus serviços estejam alinhados às necessidades dos usuários e às diretrizes institucionais da UFPB.

A década de 1980 foi um período de grande avanço para a Biblioteca Central. Em 1981, a biblioteca foi finalmente transferida para sua sede definitiva, um marco descrito pelo seu primeiro diretor, Afonso Pereira da Silva, como uma verdadeira “saga de Moisés do Egito para a Terra Prometida”. Três anos depois, em 1984, a nova sede foi oficialmente inaugurada, consolidando-se como um dos mais importantes espaços de informação e pesquisa da UFPB.

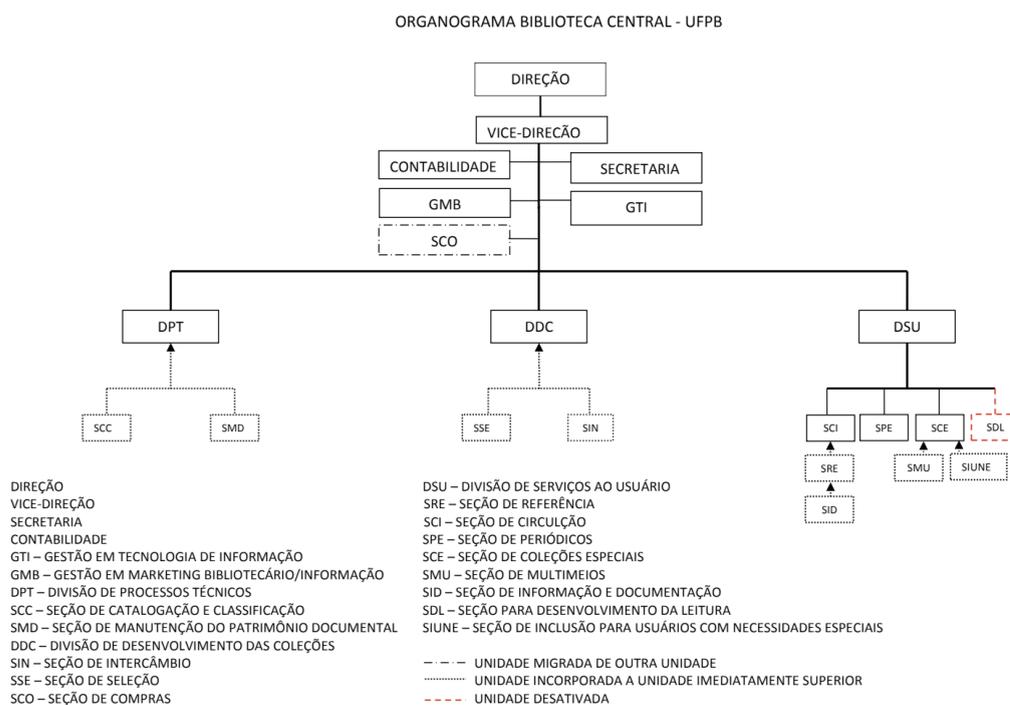
Nas décadas seguintes, a Biblioteca Central passou por várias modernizações e implementou projetos voltados à ampliação do acesso à informação e ao bem-estar dos usuários. Em 1989, foi criado o projeto Sala de Leitura, coordenado pela bibliotecária Abinadá da Silva Caldas. Em 2002, a bibliotecária Marília Mesquita Guedes Pereira desenvolveu a iniciativa Biblioterapia, com o objetivo de tornar a biblioteca um ambiente mais acolhedor e humanizado. Em 2009, foi aprovado um novo regimento para o Sistema de Bibliotecas da UFPB, formalizando a inclusão das bibliotecas setoriais dos Centros como parte do sistema coordenado pela Biblioteca Central.

A partir de 2019, a Biblioteca Central enfrentou um período de grandes transformações devido à necessidade de reformas estruturais em sua sede. No final daquele ano, o prédio foi fechado para obras e suas atividades foram temporariamente transferidas para o Centro de Desenvolvimento do Servidor Público (CEDESP). Após quatro anos de reformas e adaptações nos serviços, a equipe retornou ao prédio em 20 de novembro de 2023 para iniciar os preparativos para a reabertura. Finalmente, em 15 de março de 2024, a

Biblioteca Central reabriu oficialmente suas portas, marcando o início de uma nova fase em sua trajetória.

Desde sua fundação, a Biblioteca Central da UFPB tem exercido um papel essencial na democratização do acesso à informação acadêmica, consolidando-se como um espaço dedicado à pesquisa, aprendizado e inovação. Ao longo de sua história, superou desafios e acompanhou as transformações da universidade, sempre buscando modernizar seus serviços e ampliar seu impacto na formação de estudantes e pesquisadores. Com a reabertura de suas instalações e a expansão dos serviços digitais, a Biblioteca Central se projeta como um centro de referência no suporte à produção científica e à disseminação do conhecimento.

Organograma 1 - Biblioteca Central da UFPB



Fonte: Universidade Federal da Paraíba, 2024.

Nota: os dados foram coletados durante o 2º semestre de 2024.

3 A DEMOCRATIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

A democratização do ensino superior no Brasil tem sido um processo gradual, impulsionado por políticas públicas que buscam ampliar o acesso e garantir a permanência dos estudantes nas universidades. Desde a Reforma Universitária de 1968, que reorganizou a estrutura acadêmica e iniciou a expansão das instituições de ensino superior, até programas mais recentes, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), observa-se um avanço significativo na inclusão de grupos historicamente marginalizados. No entanto, o desafio não se limita à oferta de vagas. A permanência e a inclusão plena dos estudantes, especialmente daqueles com deficiência, exigem investimentos em acessibilidade, garantindo que todos tenham condições equitativas para desenvolver suas atividades acadêmicas. Bourdieu e Passeron (1992) argumentam que o acesso ao ensino superior não ocorre de forma igualitária, sendo influenciado por mecanismos de reprodução social que favorecem determinados grupos em detrimento de outros. Segundo os autores, as

universidades tendem a perpetuar desigualdades ao valorizar capitais culturais específicos, muitas vezes já adquiridos por indivíduos oriundos de classes mais privilegiadas, o que dificulta a ascensão de estudantes de camadas populares. A acessibilidade na educação superior não se restringe a adaptações arquitetônicas, como rampas e elevadores, mas envolve também o acesso ao conhecimento e à informação. Sasaki (2010), um dos principais estudiosos da acessibilidade no Brasil, define a acessibilidade integral como a garantia de condições para que todas as pessoas, independentemente de suas limitações, possam participar plenamente da sociedade. O autor destaca que a acessibilidade vai além das adaptações arquitetônicas, abrangendo também aspectos comunicacionais, metodológicos, instrumentais e atitudinais, de modo a promover a inclusão efetiva em diversos contextos, como a educação, o trabalho e o lazer.

Nesse contexto, as bibliotecas universitárias desempenham um papel crucial na formação dos estudantes, pois são espaços essenciais para pesquisa, estudo e produção do conhecimento. Assim, garantir que esses ambientes sejam acessíveis é fundamental para que a democratização do ensino superior se concretize de forma plena e eficaz. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 3.º, o dever do Estado de promover o bem de todos, sem discriminação de qualquer natureza, assegurando igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. No ensino superior, isso implica a criação de políticas institucionais que eliminem barreiras e garantam a participação plena dos estudantes com deficiência. Tratados internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, reforçam esse compromisso, determinando que a acessibilidade deve ser um princípio fundamental na educação em todos os níveis.

As universidades federais, como instituições públicas de ensino, têm a responsabilidade de promover ações que assegurem a inclusão. Nesse sentido, as bibliotecas universitárias devem ser espaços preparados para atender às necessidades de um público diversificado, incluindo estudantes com deficiência visual, auditiva, motora e intelectual. A acessibilidade nas bibliotecas envolve diferentes aspectos, que vão desde a estrutura física até a disponibilização de materiais e tecnologias assistivas. Algumas das principais demandas incluem infraestrutura física adaptada, com rampas, elevadores, corredores largos, banheiros acessíveis e mobiliário adequado para atender às necessidades de pessoas com mobilidade reduzida; materiais em formatos acessíveis, como acervos com livros em Braille, audiolivros,

leitores de tela, softwares de reconhecimento de voz e tecnologias que possibilitem a leitura para pessoas com deficiência visual; capacitação de profissionais, garantindo que bibliotecários e atendentes sejam treinados para oferecer suporte adequado aos estudantes com deficiência, auxiliando no uso de recursos e promovendo um atendimento inclusivo; e acessibilidade digital, assegurando que sites, bases de dados e repositórios eletrônicos das bibliotecas sigam diretrizes de acessibilidade, permitindo que usuários com deficiência visual, por exemplo, consigam acessar o conteúdo sem barreiras.

Diante desses desafios, o Programa de Acessibilidade na Educação Superior, lançado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2005, teve como objetivo fomentar a criação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais. Morosini (2014) analisa as políticas educacionais voltadas à inclusão, destacando a importância de medidas que garantam equidade no acesso e na permanência dos estudantes no sistema de ensino. A autora ressalta que a efetivação dessas políticas exige não apenas a ampliação de vagas, mas também a implementação de estratégias pedagógicas e estruturais que atendam às necessidades de diferentes grupos sociais, promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva. Além disso, Glat e Fernandes (2005) discutem a importância de estratégias que garantam a acessibilidade de estudantes com deficiência no ensino superior, enfatizando a necessidade de adaptações físicas, pedagógicas e atitudinais. As autoras destacam que a inclusão efetiva exige não apenas infraestrutura adequada, mas também a sensibilização da comunidade acadêmica e o desenvolvimento de práticas educacionais que atendam às demandas específicas desses alunos, promovendo sua participação plena no ambiente universitário. O programa financiou ações voltadas à adequação dos espaços acadêmicos e à capacitação profissional para atender às demandas da inclusão. Entretanto, apesar dos avanços promovidos por essa iniciativa, a falta de continuidade nas políticas públicas e a ausência de um padrão nacional para a acessibilidade nas bibliotecas universitárias ainda representam obstáculos para a inclusão plena. Além desse programa, outras políticas têm buscado garantir a acessibilidade e a inclusão no ensino superior. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído em 2010, inclui ações voltadas à permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social, contemplando aspectos como moradia, transporte e alimentação. Dentro desse contexto, as bibliotecas universitárias também devem ser contempladas com iniciativas que garantam a acessibilidade dos materiais e dos espaços.

A implementação de políticas afirmativas, como cotas para estudantes com deficiência e a disponibilização de auxílios financeiros para aquisição de tecnologias assistivas, também são estratégias que contribuem para a inclusão. Universidades que adotam práticas inovadoras, como a digitalização de acervos em formatos acessíveis e a oferta de treinamentos específicos para estudantes e servidores, tornam-se exemplos de instituições comprometidas com a democratização do conhecimento. A democratização do ensino superior não pode ser dissociada da acessibilidade. As bibliotecas universitárias, enquanto centros de pesquisa e aprendizado, devem ser espaços que garantam igualdade de acesso à informação para todos os estudantes. Para isso, é necessário um esforço contínuo na implementação de políticas públicas eficazes, na adaptação de infraestrutura e na capacitação de profissionais, promovendo um ambiente acadêmico verdadeiramente inclusivo.

A inclusão plena de estudantes com deficiência nas universidades não deve ser vista como um privilégio, mas como um direito fundamental. O compromisso com a acessibilidade reflete o avanço da sociedade rumo a uma educação superior mais equitativa e justa, na qual todos possam exercer seu potencial acadêmico sem barreiras.

3.1 Estado da arte da acessibilidade no ensino superior: perspectivas, desafios e produção acadêmica

Realizar uma análise do referencial teórico sobre acessibilidade em bibliotecas universitárias é fundamental para embasar a argumentação, além de permitir a identificação, compreensão e avaliação dos materiais já produzidos sobre a temática. A pesquisa sobre a produção científica revelou estudos voltados para acessibilidade, acessibilidade arquitetônica, bibliotecas universitárias e bibliotecas universitárias acessíveis.

Na revisão de literatura, foram empregadas as seguintes palavras-chave: acessibilidade em bibliotecas, acessibilidade e bibliotecas, bibliotecas universitárias e bibliotecas universitárias com acessibilidade.

A pesquisa utilizou como fonte bases e portais digitais, como o Portal de Periódicos da Capes, a busca realizada por assunto, pelo Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e no catálogo online da Biblioteca central. Os assuntos pesquisados foram realizados com as mesmas palavras-chaves.

Foi realizada a busca também no campo assunto, no Portal da Capes, com as mesmas palavras chaves. A busca também abrangeu outras Bases Digitais de bibliotecas nacionais, o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU).

Também foram utilizadas referências extraídas de livros, teses, dissertações, eventos e artigos acadêmicos sobre o tema. O levantamento resultou em um volume significativo de trabalhos, dos quais foram selecionados aqueles mais relevantes para compor o referencial teórico desta pesquisa.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), mantém uma das maiores bibliotecas virtuais do mundo, disponível no portal Periódicos CAPES (www.periodicos.capes.gov.br). A plataforma oferece acesso a textos completos de artigos nacionais e internacionais, além de diversas bases de dados, com destaque para o Banco de Tese.

Dentre os materiais analisados neste estudo, foram selecionados 14 documentos, sendo 2 teses, 5 dissertações, 1 trabalho de especialização, 5 artigos científicos e 1 publicação apresentada em evento acadêmico.

Essas transformações no cenário das bibliotecas universitárias também são refletidas nos estudos analisados nesta pesquisa, que abordam desde os impactos das novas tecnologias até os desafios da acessibilidade e inclusão, temas fundamentais para a adaptação dessas instituições às demandas contemporâneas. Assim, Cunha (2000) estuda as transformações enfrentadas pelas bibliotecas universitárias, principalmente as provocadas pelas tecnologias da informação. O autor prevê as mudanças estruturais (ênfase no atendimento e na terceirização de serviços), no financiamento (consórcios visando à redução de custos), nos serviços (balcão de referência eletrônico, suporte a programas de ensino a distância) e quanto ao público (diversidade de clientela). O autor destaca que a biblioteca universitária deve planejar o futuro, para seu maior desafio que será atender às necessidades da comunidade em constante evolução, esse desafio é uma conjuntura que promove a renovação.

Mazzoni et al. (2001) debatem o conceito de acessibilidade do projeto Livre de Barreiras, conhecido também como Desenho para Todos, abordando aspectos do mundo físico e do digital. Os autores destacam que as bibliotecas universitárias, começaram a implantar as primeiras ações de acessibilidade, a partir de 1999, com a publicação do MEC da Portaria n. 1.679, que dispõe sobre a exigência de acessibilidade para pessoas portadores de deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições. Para acessibilidade ligados a arquitetura e urbanismo, existe a NBR 9050 (ABNT, 2004), e os sites na Web devem seguir às recomendações criadas pela World Wide Web Consortium (W3C).

A pesquisa de Oliveira (2003), descreve e analisa, sob o ponto de vista do estudante com deficiência, as condições de acessibilidade na Universidade Estadual de Londrina. Relata a autora:

A acessibilidade não é somente o cumprimento de leis, políticas, aberturas de espaços, mas sim um conjunto que congrega determinações e principalmente atitudes para atender à realidade do estudante universitário com necessidades especiais na busca de promoção da inclusão social e efetivação de seus direitos sociais. (Oliveira, 2003, p. 168)

Garcia (2004) analisa as políticas de inclusão no Brasil, buscando entender o processo de articulação da educação inclusiva. Considerando três níveis de construção: política educacional dos anos 1990 e início do século XXI; a “inclusão” pensada como política pública; e a relação desses dois níveis com as orientações de organismos multilaterais referentes à inclusão.

De acordo com a autora, a educação inclusiva é apresentada nos discursos divulgados pelas agências multilaterais como a solução para a educação de todos os alunos, pois congrega as comunidades, reforma as escolas e os sistemas de ensino, coloca todos os alunos em contato com o conhecimento, disseminar as vantagens comparativas de uma educação que não exclui, não agrega e não classifica, mas “focaliza” as necessidades de aprendizagem.

Moreira (2004) a pesquisa trata da trajetória da universidade brasileira para uma educação mais inclusiva e propõe projetos de inserção e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na universidade. Em relação ao ensino superior e o aluno com necessidades educacionais especiais, começam a se concretizar legislações que amparam esta questão, a partir da década de 1990, quando a educação brasileira recebe a influência de um considerável número de dispositivos legais na forma de Leis, Decretos, Portarias, Resoluções e Instruções no âmbito da Legislação Federal, Estadual e Municipal, que encerram questões referentes às pessoas com necessidades especiais.

A pesquisa de Melo e Medeiros (2007) aponta as ações desenvolvidas e em andamento na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) para garantir o acesso e a qualidade do ensino aos alunos com deficiência. Os documentos analisados foram baseados em relatórios provenientes da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e projetos institucionais. De acordo com autores:

A UFRN vem paulatinamente possibilitando ações voltadas para garantir a acessibilidade dos alunos com deficiência com vistas à potencialização de sua formação acadêmica e do direito de ir e vir nos seus diferentes ambientes, particularmente através da adequação dos seus espaços físicos. (Melo; Medeiros, 2007, não paginado)

A pesquisa de Emmanuelli (2009) buscou conhecer as condições de acessibilidade externas e internas existentes nas bibliotecas universitárias localizadas no Anel Viário do Campus Vale da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foram observados os obstáculos arquitetônicos, urbanísticos, em acordo com as normativas da ABNT e com a NBR 9050.

A autora coloca que um espaço universitário deve ser planejado e construído sem barreiras arquitetônicas e a acessibilidade deve estar presente. A biblioteca universitária, dentro do espaço universitário, desempenha um papel de integração e convivência, permitindo a todos seu livre acesso.

Souza (2010) aponta em sua pesquisa que o Programa de Acessibilidade na Educação Superior desempenha o papel de política de acesso e permanência de sujeitos com deficiência na educação superior. Esse programa se propõe a incentivar a construção e o fortalecimento dos Núcleos de Acessibilidade nas IFES, que atuariam na implementação da acessibilidade às pessoas com deficiência em todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades da instituição para a inclusão educacional e social dessas pessoas.

De acordo com o autor, por meio da pesquisa, foi possível perceber que o Programa de Acessibilidade na Educação Superior não só expressa a política de acesso e permanência à educação superior pública como é a única iniciativa governamental estruturada voltada ao atendimento aos alunos com deficiência, financiando ações nas IFES.

O levantamento bibliográfico revelou uma limitada produção de estudos sobre acessibilidade arquitetônica em bibliotecas universitárias. Esse número reduzido de pesquisas é observado em todos os níveis, desde teses e dissertações até artigos científicos e trabalhos apresentados em eventos. Assim sendo, a identificação e análise dos estudos sobre acessibilidade arquitetônica, que será realizada na pesquisa proposta, justifica-se por ser um desafio de desenvolvimento de uma temática pouco explorada e com baixa produção acadêmica, da qual a melhor compreensão será capaz de trazer melhorias para a instituição.

3.2 A acessibilidade no processo de avaliação das Instituições Federais de Ensino Superior

A acessibilidade é um dos aspectos fundamentais na avaliação da qualidade das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), sendo um critério essencial para garantir a inclusão e a equidade no ambiente acadêmico. No contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a acessibilidade é considerada na dimensão infraestrutura, que abrange desde a adequação dos espaços físicos até a disponibilização de recursos e tecnologias assistivas para estudantes com deficiência. A inclusão desses critérios na avaliação institucional reforça a importância de proporcionar um ambiente educacional acessível a todos, promovendo a permanência e o sucesso acadêmico de estudantes com diferentes necessidades.

De acordo com Dias Sobrinho (2005), a qualidade da educação superior deve ser analisada de forma ampla, contemplando não apenas indicadores quantitativos, mas também aspectos relacionados à inclusão e à democratização do ensino. Nesse sentido, a acessibilidade não pode ser tratada como um elemento secundário, mas sim como um dos pilares da qualidade educacional, pois impacta diretamente a participação e o desempenho dos estudantes. Além disso, a falta de infraestrutura adequada pode representar uma barreira ao direito à educação, indo de encontro às diretrizes de inclusão previstas em legislações como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

A acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) deve ser compreendida não apenas como um compromisso ético e social, mas também como um requisito normativo essencial para a promoção da inclusão educacional. As diretrizes legais estabelecidas pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) e pela ABNT NBR 9050:2020 determinam a obrigatoriedade de garantir condições adequadas de acesso e permanência para pessoas com deficiência nos espaços acadêmicos. Segundo Sasaki (2009), a acessibilidade deve ser pensada de forma ampla, abrangendo aspectos físicos, comunicacionais, metodológicos e atitudinais, de modo que a inclusão seja efetiva e não apenas formal. Nesse sentido, o cumprimento dessas normas não se limita a evitar sanções jurídicas, mas reflete a responsabilidade institucional de promover um ambiente educacional que respeite a diversidade e assegure oportunidades equitativas a todos os estudantes. De acordo com Morosini: “A qualidade da educação superior na perspectiva da equidade está centrada na concepção de tratamento diferenciado para quem é diferenciado” (Morosini, 2014, p. 393).

Além da conformidade legal, a implementação de práticas acessíveis nas universidades impacta diretamente a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes com deficiência. Conforme apontado por Mantoan (2015), a inclusão no ensino superior exige a superação de barreiras estruturais e pedagógicas, sendo necessária uma reconfiguração dos espaços e das práticas institucionais para atender às necessidades individuais. A ABNT NBR 9050:2020 reforça esse compromisso ao estabelecer padrões técnicos para garantir a mobilidade e o acesso em edificações públicas, evidenciando que a acessibilidade vai além da infraestrutura física, incluindo também a adaptação de materiais didáticos e a capacitação de

docentes e servidores. Dessa forma, ao incorporar efetivamente essas diretrizes, as universidades não apenas cumprem exigências normativas, mas promovem um ambiente acadêmico mais equitativo, contribuindo para o desenvolvimento acadêmico e profissional de todos os seus estudantes.

A valorização da acessibilidade também fortalece a responsabilidade social da instituição, melhorando sua imagem e consolidando-a como um espaço democrático e inclusivo de produção e disseminação do conhecimento. Conforme Sasaki (2009), a acessibilidade vai além da eliminação de barreiras físicas, sendo um fator determinante para a participação plena de todos os indivíduos na sociedade, garantindo igualdade de oportunidades e promovendo a inclusão em diversos âmbitos, incluindo o ensino superior. Nesse sentido, ao adotar práticas que assegurem a acessibilidade, a universidade não apenas cumpre requisitos legais, mas reafirma seu compromisso com a equidade e a justiça social, ampliando seu impacto e relevância na formação acadêmica e cidadã dos estudantes.

A análise das condições de acessibilidade nas Instituições de Ensino Superior (IES) é fundamental para embasar planos de melhoria da infraestrutura, captação de recursos e implementação de ações corretivas. De acordo com Santos, Leonardo e Garcia (2015), a temática da acessibilidade tem provocado mudanças no sistema educacional brasileiro, respaldadas por políticas públicas que buscam assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência dos alunos com deficiência no ensino superior. Além disso, a valorização da acessibilidade fortalece a responsabilidade social das instituições, melhorando sua imagem e consolidando-as como espaços democráticos e inclusivos de produção e disseminação do conhecimento. Conforme destaca Morejón (2009), a presença de pessoas com deficiência nos espaços universitários exige a implementação de políticas e práticas que garantam a acessibilidade, refletindo o compromisso da instituição com a inclusão e a diversidade.

Segundo Bersch (2017), a acessibilidade em espaços educacionais deve ser pensada de maneira integral, considerando não apenas a infraestrutura, mas também a oferta de materiais acessíveis, a capacitação dos profissionais e a adoção de tecnologias assistivas que garantam a plena participação dos usuários com deficiência.

A acessibilidade na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) representa um aspecto essencial para a promoção da inclusão e da equidade no ensino superior público. Como um espaço fundamental para o desenvolvimento acadêmico e a pesquisa, a biblioteca deve garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas, tenham acesso pleno a seus serviços e recursos. A adoção de medidas de acessibilidade, como a adequação estrutural do prédio, a disponibilização de materiais acessíveis e o uso de tecnologias assistivas, reflete o compromisso da universidade com a democratização do conhecimento e a permanência estudantil.

4 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: PILARES DE TRANSFORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

As bibliotecas universitárias têm como foco principal prover o acesso à informação, trabalhando a diversidade das necessidades de seus usuários. Apesar de obstáculos e barreiras encontrados nos ambientes, edifícios, equipamentos e comunicação, impossibilitando o uso e causando constrangimento às pessoas com deficiência. A matéria da acessibilidade do cidadão com deficiência já está consolidada em legislação e em políticas sociais há alguns anos. Bobbio (2004, p. 90) assim justifica acerca dos direitos e sua concreta aplicação:

Será que já nos perguntamos alguma vez que gênero de normas são essas que não ordenam, proíbem ou permitem hic et nunc, mas ordenam, proíbem e permitem num futuro indefinido e sem um prazo de carência claramente delimitado? E, sobretudo, já nos perguntamos alguma vez que gênero de direitos são esses que tais normas definem? Um direito cujo reconhecimento e cuja efetiva proteção são adiados, sine die, além de confiados à vontade de sujeitos cuja obrigação de executar o “programa” é apenas uma obrigação moral ou, no máximo, política, pode ser chamado corretamente de “direito”.

Observação gerada sob a aplicabilidade dos direitos que também faz referência a biblioteca universitária com acessibilidade, apoiada na defesa da igualdade dos direitos, com ênfase para o direito à educação. Como tarefas inadiáveis, são propostas às bibliotecas universitárias trabalhar de forma para que os direitos sejam respeitados de forma concreta, atender às necessidades dos alunos, fomentar o debate sobre políticas públicas de atendimento aos alunos com deficiência e colocar a biblioteca no plano de implantação de políticas de educação com acessibilidade na universidade.

No âmbito universitário, a negligência com o aluno deficiente é confirmada na maioria das bibliotecas, como aponta Nunes (2010, p. 17):

No Brasil, praticamente inexistente biblioteca universitária que incorpore ao seu planejamento garantias de acesso pleno a deficientes físicos, prevalecendo barreiras arquitetônicas em suas instalações e falta de profissionais capacitados para prestar atendimento a essas pessoas.

As bibliotecas universitárias estão vinculadas às instituições a que pertencem e não possuem autonomia própria. Para compreendê-las, é necessário analisar a universidade de onde se originam. Os desafios impostos pela sociedade são refletidos nas bibliotecas

universitárias, que, como instituições sociais, buscam atender às expectativas que lhes são colocadas.

A função da biblioteca universitária, conforme Tarapanoff (1981), é prover infraestrutura bibliográfica, documental e informacional para apoiar as atividades universitárias, centrando seus objetivos nas necessidades informacionais do indivíduo, membro da comunidade universitária.

Fazendo um breve histórico sobre as bibliotecas universitárias, verifica-se, de acordo com Martins (2002), que sua origem é anterior aos livros e pergaminhos. As bibliotecas mais antigas registradas nasceram na Babilônia, cuja escrita era gravada em tabletes de argila, passando pelos egípcios, com seus escritos registrados em rolos de papiro, chegando à invenção e à difusão do pergaminho, com o legado do manuscrito enrolado, até o ano 300 d.C. (Martins, 2002).

Pensadores, filósofos e teatrólogos gregos contribuíram com a guarda e conservação dos escritos, deixando seus acervos entre as bibliotecas de Alexandria e de Pérgamo, as quais foram invadidas e incendiadas pelo exército romano. Com a fusão entre a cultura grega e a latina, as bibliotecas começam a ganhar destaque, permanecendo até a queda do Império Romano. (Martins, 2002).

Com o desenvolvimento do cristianismo, as bibliotecas se sedimentam nos mosteiros e conventos. Eram locais reservados, de acesso restrito, com a função de colecionar e preservar o conhecimento produzido, e deram sustentação ao nascimento das universidades. A partir do século XV, com a invenção da imprensa por Gutenberg, as alterações foram significativas na cultura escrita.

A reprodução do livro é mais rápida, a tiragem aumenta e o custo é reduzido, refletindo nas bibliotecas e no acesso à informação. (Pela, 2006). Com a Renascença, a biblioteca adquire um novo sentido, assim como o livro apresenta um significado de utilidade ao alcance de todos e surge a figura do bibliotecário. (Pela, 2006).

Considerando a trajetória das universidades nas ações jesuíticas, inicia-se também a retrospectiva da biblioteca universitária. O nascimento e o crescimento das cidades e a construção de igrejas e conventos impulsionam o surgimento das bibliotecas. Onde nasceu um convento nasceu também uma biblioteca, não apenas para uso pessoal dos jesuítas, mas como apoio aos seminários e colégios. (Carvalho, R., 2004).

Destaca-se, no final do século XIX e início do século XX, com o surgimento das escolas superiores, a criação das bibliotecas ligadas a essas instituições. (Carvalho, J. C. L., 2004). A trajetória das bibliotecas universitárias brasileiras foi marcada por dificuldades em todos os níveis, acompanhada pelas dificuldades enfrentadas pelas universidades no decorrer de sua história. (Carvalho, J. C. L., 2004).

A partir da década de 1950, acrescenta Ferreira (1980), os objetivos, métodos e processos da universidade passaram a ser analisados, decorrentes da defasagem do grau de desenvolvimento do país e do papel da universidade tradicional e conservadora.

Segundo Santana (1989), a década de 1960 exterioriza a falta de incentivos e medidas governamentais para favorecer o ensino superior. Destacam-se os escassos recursos às universidades e a precariedade da oferta de serviços à comunidade. Esse cenário de obscurantismo estava instalado nas bibliotecas universitárias brasileiras, mesmo após a resolução do Conselho Federal da Educação, em 1963, que recomendava a existência de bibliotecas como um dos requisitos para reconhecimento dos cursos das IES. (Russo, 1998).

Com a vinculação ao âmbito econômico da nação a reforma universitária de 1968, foi determinante para os novos objetivos da universidade. A biblioteca universitária segue os princípios traçados pela reforma, ora compreendendo as modificações e modernizações na estrutura e objetivos da universidade, ora sendo vista como parte da sociedade na qual está inserida, preocupando-se com as funções e atividades da universidade, com os indivíduos, membros da comunidade universitária, no desempenho de suas atividades acadêmicas, administrativas e docentes, centrando neles as suas atividades.

Assim, a biblioteca universitária alinha o planejamento de seus serviços aos objetivos da universidade (ensino, pesquisa e extensão), integrando-se ao sistema acadêmico. Nesse contexto, adota-se o princípio de centralização, coordenação e cooperação para otimizar a administração. No entanto, apesar do desenvolvimento econômico e do crescimento das universidades, as bibliotecas não acompanharam esse avanço com a mesma intensidade.

Miranda (1978) aponta que, apesar das grandes construções, as bibliotecas não conseguiram atender às demandas de serviços cada vez mais sofisticados e seus acervos não foram renovados. Em 1973, a Comissão Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias criou a Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias (ABBU), com objetivo de estudar o desenvolvimento e gerenciamento das bibliotecas universitárias,

alinhando com conjuntura social, econômica e política da época, com promoção de seminários, palestras, congressos, entre outros. (Carvalho, J. C. L., 2004).

Em 1986 foi criado o Programa de Bibliotecas Universitárias, que atuou como um marco para as políticas públicas e sinalizou propostas de modernização para as bibliotecas universitárias, embora tenha refletido na execução de seus projetos devido à crise econômica do país. (Carvalho, J. C. L., 2004).

A década de 1990 consolidou os processos gerenciais, com o predomínio da gestão da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços informacionais, advindos da sociedade da informação, da globalização e do avanço das tecnologias da informação. As iniciativas das bibliotecas, na área de tecnologia da informação, se voltaram para a disponibilização da produção científica por meio da internet, como são os exemplos do portal de periódicos, os bancos de teses e dissertações e as bibliotecas digitais. (Carvalho, J. C. L., 2004).

Desde os tabletes de argila da Babilônia, dos pergaminhos na Ásia Menor e dos papiros do Egito até os vários suportes utilizados nos dias de hoje, como o papel e o magnético, as bibliotecas passaram por fases de evolução, sem alteração do seu foco a socialização do conhecimento e com sua função de prover acesso às informações e ao conhecimento. (Carvalho, J. C. L., 2004).

Hoje, as bibliotecas são físicas, mas também são digitais e virtuais, orientadas à facilidade e rapidez na localização da informação, conectando os usuários aos recursos. Para Cunha (2000), caberá à biblioteca física o gerenciamento dessa informação.

Atualmente as bibliotecas universitárias entram em uma fase de transformação, buscando adaptar-se às mudanças econômicas e tecnológicas que influenciam a socialização do conhecimento. Partindo-se do princípio de que as universidades e as bibliotecas são instituições sociais com duplo papel, ora de criadora do conhecimento, ora de facilitadora do acesso a esse conhecimento, também são atingidas por essas mudanças e são chamadas a refletir sobre seu papel nesse contexto. (Carvalho, R., 2004).

Nesse sentido as mudanças na estrutura da biblioteca universitária são efetivadas pelas tecnologias da informação, causando alterações de produção, disseminação, armazenamento e uso. A atuação das bibliotecas deve ser direcionada a organização de ensino superior da sua instituição, suas coleções atendem às disciplinas dos cursos oferecidos, seus usuários são os alunos, professores e técnicos. (Emmanuelli, 2009). As bibliotecas universitárias são

fundamentais para o ensino superior, dando acesso à informação para o desenvolvimento intelectual acadêmico da comunidade.

4.1 Conhecimento sem barreiras: o compromisso da biblioteca universitária com a inclusão

O desafio de garantir acessibilidade a todos, prestando serviços compatíveis com seus interesses e exigências está proposto às bibliotecas universitárias. Elas entram numa fase de mudanças e são convocadas a assumir novos serviços para atender às exigências da universidade, onde o atendimento aos alunos com deficiência têm destaque. Compete às bibliotecas universitárias prover a comunidade acadêmica, incluindo os que apresentam limitação visual, física e surdez, recursos de informação, oferecendo serviços e produtos diferenciados às suas limitações e potencialidades. (Pupo; Melo; Ferres, 2008).

Por tanto, o acesso de forma igual e justas para todos os usuários devem ser garantidas, adaptando ambientes para que ofereçam recursos mobiliário, espaço físico, acervo, sinalização e capacitação pessoal como recursos de acessibilidade da página da Web, software e hardware. Possui a função de buscar, através da tecnologia de informação, alternativas para disseminar e colaborar no processo educacional, permitindo o acesso ao conhecimento e garantindo o direito à educação.

Diante disso, a biblioteca universitária promove acesso a informação para comunidade universitária, incluindo aqueles que possuem algum tipo de deficiência, combatendo a discriminação, contribuindo para a formação intelectual e da cidadania.

A biblioteca não pode ficar alheia ao usuário com deficiência, é um grupo que não deve ser esquecido. Por tanto, além da acessibilidade e adaptação do espaço físico, é indispensável atender às necessidades específicas, dando acesso à informação. A tecnologia é de grande relevância para os alunos com deficiência, pois, por meio dela, o acesso à informação torna-se mais viável, dando suporte para melhorar suas condições de vida. (Pela, 2006).

A tecnologia, como a internet e os softwares leitores de tela, que ajudam o desenvolvimento de atividades dos deficientes visuais, dando autonomia e inclusão no mundo digital. Mazzoni et al. (2001, p. 29) coloca que “os ambientes universitários estão associados

à produção e disseminação do conhecimento, destacando-se a informação como um dos elementos relevantes neste processo”. O papel da biblioteca universitária é prover informação e dar acesso a todos os alunos, esse é o passo necessário para que a inclusão aconteça.

De acordo com Torres (2002, p. 32), “a Sociedade da Informação ocorre no momento em que o mundo está mais atento quanto aos diversos direitos humanos e poderá trazer novos e maiores benefícios às pessoas portadoras de deficiência”. Na sociedade da informação, a acessibilidade ao conhecimento representa um suporte para as pessoas com deficiência melhorarem as suas condições de vida, contribuindo para sua independência e servindo como instrumento de inclusão social. (Torres, 2002).

Portanto, para que a acessibilidade seja aplicada na sociedade da informação, é necessário o respeito às diferenças. O direito e a igualdade devem deixar de ser um mero discurso e as políticas institucionais deverão ser visualizadas nas bibliotecas universitárias.

As transformações que a sociedade contemporânea enfrenta são estendidas à universidade, o que não poderia ser diferente, já que a universidade é constituída do social e o social é constituído de universidade. (Chauí, 2001).

A universidade é compreendida como uma instituição social que atende as demandas da sociedade em geral, observando as diferentes necessidades, em favor do desenvolvimento da educação, da ciência e da cultura. Com a finalidade de que as bibliotecas universitárias possam ser acessíveis e inclusivas, é preciso que as políticas públicas sejam implementadas e efetivadas para garantir de forma concreta a acessibilidade.

As bibliotecas universitárias não possuem uma regulamentação adequada e ainda sofrem com a falta de políticas institucionais inclusivas realmente aplicadas. A captação de recursos pela via projetos tornou-se habitual, com a falta de investimentos na educação para compra de tecnologias de acessibilidade, acervo especial e softwares eficientes em níveis de acessibilidade. Existe também a necessidade de capacitação dos profissionais, para melhorar o desenvolvimento de produtos e serviços demandados pelos alunos com deficiência. As ações são fragmentadas e pontuais que não garantem de fato a acessibilidade nas bibliotecas universitárias.

Os alunos com deficiência física possuem direitos amparados pela legislação, mesmo assim a realidade existente nas bibliotecas é muito diferente da lei. Uma amostra do distanciamento entre o legal e o real fica evidente nas dificuldades encontradas nas bibliotecas

das universidades mencionadas na pesquisa de Pela (2006). A falta de livros adaptados da bibliografia básica foi o que apresentou maior frequência, seguida da demora no processo de adaptação desses livros.

Pelo relato de Castro (2011), observa-se no discurso dos entrevistados de sua pesquisa, quando questionados sobre acessibilidade, que o que mais se destaca é a falta dela. Oliveira (2003, p. 5) avisa que:

O impacto da falta de acessibilidade discrimina e segrega as pessoas com deficiência, ou seja, não lhes possibilita equiparação de oportunidade para uma vida de qualidade. A inacessibilidade interfere de modo significativo no cotidiano dessas pessoas, pois estão sendo cerceadas do seu direito de ir e vir, de circular livremente, de ser autônomas, de ter educação e trabalho, enfim, elas não têm acesso aos bens e serviços produzidos pela sociedade e também não podem ser inseridas no mundo produtivo.

A construção dos direitos humanos dos cidadãos com deficiência passa pela legalidade de textos, mas também pela legitimidade de ações de pessoas e grupos que lutam pela mudança e a implementação da legislação. O que se observa é uma educação inclusiva como uma arma não violenta de reivindicação dos direitos, das forças isoladas que combatem o sistema excludente.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, seguindo a metodologia adotada na pesquisa e detalhada na seção "Metodologia Checklist", são apresentados os procedimentos de análise da acessibilidade na biblioteca investigada. Inicialmente, realiza-se um exame dos documentos normativos que orientam a acessibilidade, com destaque para as diretrizes estabelecidas pela Norma NBR 9050. Em seguida, os dados coletados por meio de observação direta são analisados, com foco na acessibilidade arquitetônica, considerando os padrões e regulamentações nacionais previamente mencionados.

A partir dessa análise, serão examinados os aspectos observados à luz da NBR 9050, verificando-se sua conformidade com a norma. Além disso, serão indicadas possíveis adequações e sugestões de melhorias para aprimorar a acessibilidade do ambiente investigado.

5.1 Análise da Acessibilidade no Estacionamento da Reitoria

O estacionamento localizado ao lado da Reitoria apresenta deficiências significativas em acessibilidade, comprometendo sua conformidade com as normas vigentes e dificultando o acesso seguro de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Entre as principais inadequações, destaca-se a ausência de vaga demarcada para Pessoas com Deficiência (PcD) e a falta de sinalização de acessibilidade, elementos essenciais para garantir a inclusão e a mobilidade autônoma desses usuários. Além disso, não há o símbolo internacional de acessibilidade pintado no solo ou indicado em placa vertical, e a rampa de acesso existente carece de sinalização tátil ou visual, o que pode comprometer a orientação de pessoas com deficiência visual ou baixa mobilidade.

Conforme estabelecido pela NBR 9050:2020, as vagas destinadas a pessoas com deficiência devem atender a critérios específicos, como a reserva obrigatória de vagas acessíveis na proporção de uma a cada 25 disponíveis, demarcação clara no solo com o símbolo internacional de acessibilidade em cor contrastante, instalação de placa de sinalização

vertical em local visível e dimensões adequadas para garantir um espaço seguro para embarque e desembarque. No que se refere à rampa de acesso, a norma exige sinalização tátil de alerta antes do início da rampa, para auxiliar na orientação de pessoas com deficiência visual, além de faixa de contraste na borda para melhorar a percepção visual e garantir maior segurança.

Para corrigir essas inadequações e assegurar a acessibilidade do estacionamento, recomenda-se criar e demarcar corretamente a vaga para PcD, garantindo que atenda às dimensões mínimas estabelecidas pela norma. Além disso, deve-se instalar uma placa de sinalização vertical contendo o símbolo internacional de acessibilidade em local de fácil visualização, aplicar piso tátil de alerta antes do início da rampa para facilitar a locomoção de pessoas com deficiência visual e adicionar faixa de contraste na borda da rampa para melhorar a visibilidade e a segurança no deslocamento.

A implementação dessas melhorias permitirá que o estacionamento ao lado da Reitoria atenda plenamente aos critérios estabelecidos pela NBR 9050:2020, promovendo inclusão, autonomia e segurança para todos os usuários e contribuindo para um ambiente institucional mais acessível e alinhado às diretrizes de acessibilidade urbana.

Fotografia 1 - Estacionamentos da Biblioteca (Reitoria)



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Nota: os dados foram coletados durante o 1º semestre de 2025.

5.2 Estacionamento ao Lado do Centro de Vivência

O estacionamento localizado ao lado do Centro de Vivência apresenta deficiências na sinalização, com marcações no solo apagadas e placas de identificação deterioradas, comprometendo a acessibilidade e dificultando o uso adequado por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A NBR 9050:2020 estabelece que as vagas acessíveis devem ser claramente demarcadas e sinalizadas, tanto no solo quanto por meio de placas verticais, garantindo que sejam facilmente identificáveis por motoristas e usuários. No entanto, no estacionamento analisado, a sinalização encontra-se desgastada e pouco visível, o que pode representar um obstáculo à mobilidade e à autonomia das pessoas com deficiência.

De acordo com as diretrizes da NBR 9050:2020, as vagas destinadas a Pessoas com Deficiência (PcD) devem atender a critérios específicos, incluindo pintura no solo com o símbolo internacional de acessibilidade em cor contrastante para facilitar a identificação, instalação de placa vertical com o mesmo símbolo em local visível e de fácil acesso, além da necessidade de manutenção periódica para garantir a legibilidade e funcionalidade das vagas ao longo do tempo.

Para que o estacionamento atenda integralmente às normas vigentes e ofereça condições adequadas de acessibilidade, recomenda-se a implementação das seguintes medidas: refazer a pintura das vagas acessíveis, garantindo que o símbolo internacional de acessibilidade esteja nítido e visível para todos os usuários; substituir as placas desgastadas por novas, posicionadas em altura e local adequados, conforme especificado pela NBR 9050; e implementar uma política de manutenção periódica, assegurando que a sinalização seja regularmente revisada e mantida em boas condições, evitando desgastes que comprometam a acessibilidade.

Com a adoção dessas melhorias, o estacionamento ao lado do Centro de Vivência estará plenamente alinhado aos padrões da NBR 9050, garantindo um ambiente institucional mais acessível e adequado às normativas de acessibilidade. Essas adequações contribuirão para a inclusão, autonomia e segurança de todos os usuários, especialmente daqueles com mobilidade reduzida ou deficiência.

Fotografia 2 - Estacionamentos da Biblioteca (Centro de Vivência)



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Nota: os dados foram coletados durante o 1º semestre de 2025.

5.3 Calçadas de Acesso à Biblioteca Central

As calçadas que dão acesso à Biblioteca Central foram avaliadas com foco na acessibilidade, especialmente quanto à presença e adequação do piso tátil direcional e de alerta, bem como à conformidade do percurso para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Embora o local conte com piso tátil direcional, é essencial verificar se sua instalação atende aos parâmetros estabelecidos pela NBR 9050:2020, que exige uma largura mínima de 25 cm para a faixa tátil direcional, a distância adequada de obstáculos, garantindo um percurso contínuo e seguro, além da diferenciação tátil e visual, permitindo a correta identificação por pessoas com deficiência visual.

Foi observado que o piso tátil direciona os usuários para um percurso mais distante do estacionamento, o que pode gerar dificuldades para pessoas com mobilidade reduzida. De

acordo com a NBR 9050:2020, os trajetos acessíveis devem ser os mais diretos possíveis, evitando deslocamentos excessivos ou desnecessários que possam comprometer a acessibilidade e a autonomia dos usuários.

Para garantir que o piso tátil cumpra sua função de acessibilidade, recomenda-se a reavaliação do trajeto, verificando se ele conduz os usuários de forma eficiente e sem desvios desnecessários. Caso necessário, a rota deve ser modificada para um percurso mais direto e acessível entre o estacionamento e a entrada da biblioteca, minimizando a necessidade de deslocamentos prolongados para usuários com deficiência ou mobilidade reduzida. Além disso, é fundamental assegurar que a instalação do piso tátil esteja em conformidade com a NBR 9050, garantindo espaçamentos adequados, largura padronizada e contraste visual apropriado.

Com a implementação dessas melhorias, a acessibilidade será significativamente aprimorada, permitindo que os usuários acessem a Biblioteca Central de maneira mais segura, eficiente e em conformidade com os padrões normativos da NBR 9050.

Fotografia 3 - Calçadas de acesso



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Nota: os dados foram coletados durante o 1º semestre de 2025.

5.4 Rampas de Acesso da Biblioteca Central

A Biblioteca Central possui duas rampas de acesso, localizadas na entrada principal e na Seção de Coleções Especiais. Ambas foram avaliadas conforme os critérios estabelecidos

pela NBR 9050:2020, que define as inclinações máximas permitidas com base no comprimento da rampa, garantindo acessibilidade segura para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A rampa da entrada principal possui um comprimento de 4,8 metros e uma elevação de 22 cm. Segundo a NBR 9050:2020, rampas com até 5 metros de comprimento devem ter inclinação máxima de 6,25%, o que equivale a uma elevação de até 30 cm. Como a rampa da entrada principal apresenta uma elevação inferior a esse limite, ela atende aos critérios normativos.

Já a rampa da Seção de Coleções Especiais apresenta um comprimento de 6,3 metros e uma elevação de 50 cm, o que excede o limite máximo permitido pela NBR 9050. Para rampas com até 6,3 metros, a norma estabelece uma inclinação máxima de 6,25%, correspondente a uma elevação de 39 cm. Dessa forma, a inclinação da rampa está acima do permitido, o que compromete sua acessibilidade e dificulta o uso por pessoas com mobilidade reduzida.

Para adequar a rampa da Seção de Coleções Especiais às normas vigentes, recomenda-se reduzir a inclinação, aumentando o comprimento da rampa para distribuir melhor a elevação e atender ao percentual máximo permitido. Além disso, sugere-se instalar corrimãos bilaterais em alturas adequadas, garantindo maior segurança e suporte aos usuários, e adicionar faixas de sinalização tátil no piso, tanto de alerta quanto direcional, auxiliando na mobilidade de pessoas com deficiência visual. Caso não seja possível aumentar o comprimento da rampa, recomenda-se a criação de um patamar intermediário, permitindo pausas durante o deslocamento e reduzindo o esforço necessário para sua transposição.

Com a implementação dessas melhorias, a rampa da Seção de Coleções Especiais estará em conformidade com a NBR 9050:2020, promovendo um ambiente mais acessível e seguro para todos os usuários da Biblioteca Central.



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Nota: os dados foram coletados durante o 1º semestre de 2025.

5.5 Acessibilidade na Entrada da Biblioteca Central

A entrada da Biblioteca Central conta com um sistema antifurto, cuja distância entre as antenas foi medida em 1 metro, atendendo ao critério estabelecido pela NBR 9050:2020, que exige um mínimo de 90 cm para garantir a passagem livre de usuários, incluindo aqueles com mobilidade reduzida ou que utilizam cadeiras de rodas.

Embora o sistema antifurto esteja em conformidade com a norma, o balcão de atendimento da guarda de bolsas apresenta limitações de acessibilidade, pois não possui recuo frontal adequado. Esse aspecto pode dificultar o acesso e o atendimento de cadeirantes e pessoas com deficiência, comprometendo sua autonomia. Segundo a NBR 9050:2020, os balcões de atendimento devem possuir um recuo mínimo de 30 cm, possibilitando aproximação frontal para que o usuário possa ser atendido de maneira confortável e independente.

Para garantir acessibilidade plena na entrada da biblioteca, recomenda-se modificar o balcão da guarda de bolsas, criando um espaço com recuo de pelo menos 30 cm, conforme as diretrizes da NBR 9050. Além disso, sugere-se remover possíveis barreiras físicas, assegurando que o espaço seja de fácil acesso para cadeirantes e pessoas com mobilidade

reduzida. Também é essencial sinalizar adequadamente o balcão adaptado, garantindo sua identificação para todos os usuários.

Com a adaptação do balcão de atendimento, a entrada da Biblioteca Central estará em plena conformidade com a NBR 9050, promovendo um ambiente mais acessível, seguro e inclusivo para todos os usuários, especialmente aqueles que necessitam de um espaço adequado para atendimento. Essas melhorias reforçam o compromisso da instituição com a acessibilidade e a equidade no acesso aos serviços oferecidos pela biblioteca.

Fotografia 5 - Sistema antifurto



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Nota: os dados foram coletados durante o 1º semestre de 2025.

5.6 Balcão de Empréstimo da Biblioteca Central

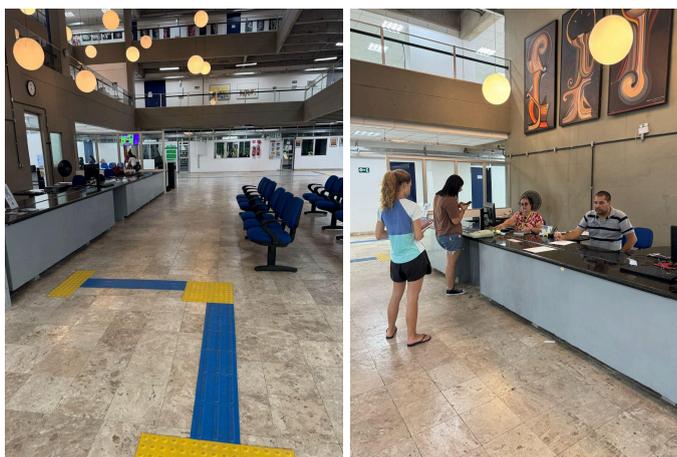
O balcão de empréstimo da Biblioteca Central possui 80 cm de altura, estando dentro do limite máximo de 85 cm estabelecido pela NBR 9050:2020. Além disso, há um ponto

específico com recuo de 30 cm, permitindo a aproximação frontal adequada para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida.

De acordo com a NBR 9050:2020, esse recuo é essencial para que cadeirantes possam se posicionar confortavelmente, garantindo autonomia, acessibilidade e inclusão no atendimento. Para aprimorar ainda mais a acessibilidade do balcão de empréstimo, recomenda-se sinalizar adequadamente o ponto de recuo, tornando sua identificação mais intuitiva para os usuários. Além disso, é importante remover possíveis barreiras físicas próximas ao balcão, assegurando livre circulação e facilidade de aproximação.

Com essas adequações, o balcão de empréstimo atenderá plenamente aos requisitos da NBR 9050:2020, promovendo um ambiente mais acessível, seguro e inclusivo para todos os usuários da Biblioteca Central. Pequenos ajustes contribuirão para otimizar ainda mais a experiência de atendimento, assegurando que as normas de acessibilidade sejam plenamente respeitadas.

Fotografia 6 - Balcão de empréstimo



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Nota: os dados foram coletados durante o 1º semestre de 2025.

5.7 Acessibilidade na Mesa Comum da Biblioteca Central

A mesa comum analisada apresenta dimensões de 73 cm de altura, 80 cm de largura e 60 cm de profundidade, atendendo aos requisitos da ABNT NBR 9050, seção 7.3, que estabelece parâmetros para mobiliário acessível. Segundo a norma, as mesas devem possuir altura entre 73 cm e 85 cm, garantindo conforto para diferentes usuários, além de oferecer um espaço livre inferior de pelo menos 73 cm de altura, 80 cm de largura e 50 cm de profundidade, permitindo a aproximação frontal de cadeirantes. Além disso, a norma exige que as bordas e superfícies tenham acabamento seguro, minimizando riscos de acidentes, critério que a mesa analisada também atende.

Embora já esteja de acordo com a regulamentação vigente, algumas melhorias podem ser implementadas para otimizar a acessibilidade. Recomenda-se verificar a estabilidade da mesa, garantindo que sua estrutura suporta diferentes tipos de usuários sem risco de tombamento, e sinalizar as mesas acessíveis, facilitando sua identificação e assegurando seu uso adequado. Com essas adequações, a mesa estará plenamente em conformidade com a NBR 9050, promovendo um ambiente mais seguro, acessível e inclusivo para todos os usuários da Biblioteca Central.

Fotografia 7 - Mesas de estudo



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Nota: os dados foram coletados durante o 1º semestre de 2025.

5.8 Acessibilidade na Distância entre as Estantes – Térreo

A acessibilidade entre as estantes da Biblioteca Central foi analisada nos três andares do edifício, considerando as diretrizes da ABNT NBR 9050:2020, seção 7.4.2, que estabelece os parâmetros de circulação e acessibilidade em bibliotecas.

No térreo, as distâncias entre as estantes foram medidas e apresentaram 1,10 metro de largura, atendendo ao requisito mínimo de 0,90 m para a circulação de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. A norma recomenda que os corredores principais tenham pelo menos 1,20 m, enquanto os corredores internos podem ter 1,10 m, garantindo acessibilidade e conforto. Dessa forma, os espaços analisados estão dentro das exigências normativas. Para otimizar a acessibilidade, sugere-se verificar se há obstáculos ou mobiliário mal posicionado que possam reduzir a área útil de circulação, bem como assegurar que os corredores principais tenham pelo menos 1,20 m para facilitar manobras.

Fotografia 8 - Térreo



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Nota: os dados foram coletados durante o 1º semestre de 2025.

5.9 Distância entre as Estantes – Primeiro Andar

No primeiro andar, as medições revelaram que a distância entre as estantes variava entre 1,25 m (entre A e B) e 1,10 m (entre B e C e entre C e D). Esses valores garantem acessibilidade conforme as diretrizes da norma, sendo que a distância de 1,25 m entre A e B atende ao padrão ideal para corredores principais, enquanto os corredores internos, com 1,10 m, garantem circulação segura. Para aprimorar a acessibilidade, recomenda-se garantir que sempre que possível os corredores principais tenham 1,20 m, remover eventuais barreiras físicas e organizar as estantes de forma a permitir um alcance confortável aos materiais.

Fotografia 9 - Primeiro andar



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Nota: os dados foram coletados durante o 1º semestre de 2025.

5.10 Distância entre as Estantes – Segundo Andar

No segundo andar, as medições indicaram que a distância entre as estantes variava entre 1,10 m (entre A e B) e 1,05 m (entre B e C e entre C e D). Embora a distância entre A e B esteja em conformidade com a recomendação mínima para corredores internos, os corredores com 1,05 m de largura estão abaixo do ideal de 1,10 m, embora ainda acima do mínimo exigido de 0,90 m. Para garantir acessibilidade plena e conforto, sugere-se ampliar os corredores internos sempre que possível para 1,10 m, remanejar estantes de forma estratégica para otimizar a circulação e eliminar possíveis obstáculos que reduzam a largura útil dos corredores.

Fotografia 10 - Segundo andar



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Nota: os dados foram coletados durante o 1º semestre de 2025.

Com essas adequações, a circulação entre as estantes da Biblioteca Central será aprimorada, garantindo conformidade com a NBR 9050:2020, promovendo um ambiente mais inclusivo, acessível e confortável para todos os usuários.

5.11 Acessibilidade do Mapa Tátil na Biblioteca Central

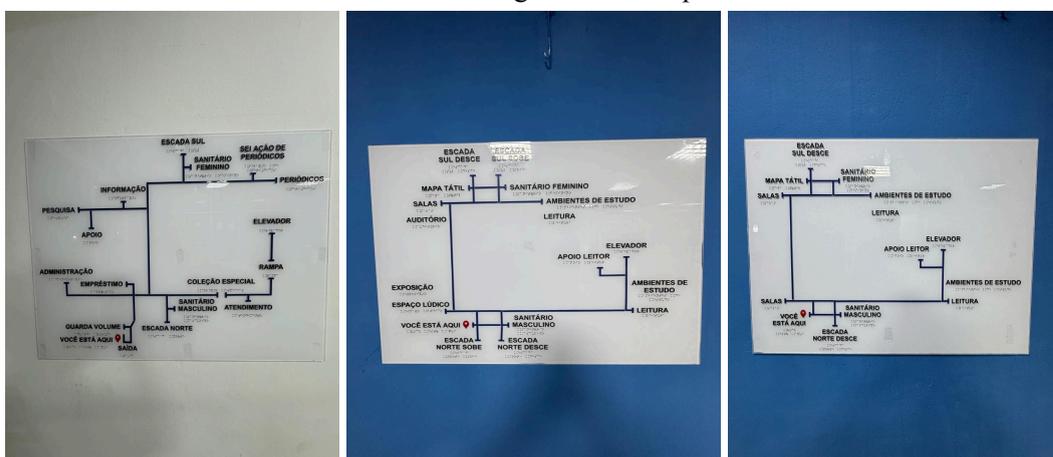
Os mapas táteis desempenham um papel essencial na acessibilidade, possibilitando que pessoas com deficiência visual se orientem de maneira autônoma dentro da Biblioteca Central. Durante a análise, foi identificado um mapa tátil instalado na entrada da biblioteca, contendo elementos essenciais para acessibilidade, como relevo para leitura tátil, textos em Braille para identificação dos setores e localização acessível.

De acordo com a ABNT NBR 9050:2020, seção 5.7, os mapas táteis devem atender a critérios específicos para garantir a acessibilidade plena. Entre os requisitos estabelecidos, destacam-se: representação em alto-relevo, permitindo a leitura tátil por usuários cegos; textos em Braille, assegurando compreensão para pessoas com deficiência visual; indicação clara das rotas acessíveis, auxiliando a navegação segura no espaço; contraste adequado entre os elementos gráficos e o fundo, facilitando a leitura para usuários com baixa visão; e altura de instalação entre 0,90 m e 1,10 m, garantindo alcance confortável para todos os usuários.

A análise indica que o mapa tátil atende aos critérios da norma, proporcionando uma ferramenta eficaz de orientação para pessoas com deficiência visual. No entanto, algumas melhorias podem aprimorar ainda mais sua funcionalidade. Recomenda-se verificar a altura de instalação, assegurando que esteja dentro do intervalo entre 0,90 m e 1,10 m; confirmar se as rotas acessíveis estão claramente indicadas, especialmente em relação a rampas, elevadores e banheiros acessíveis; avaliar o contraste visual e tátil, garantindo que usuários com baixa visão consigam distinguir as informações com facilidade; e incluir um pictograma ou legenda visual, sinalizando a presença do mapa tátil para facilitar sua localização por todos os usuários.

Com essas adequações, o mapa tátil da Biblioteca Central se tornará uma ferramenta ainda mais eficiente, promovendo autonomia e inclusão para pessoas com deficiência visual. Além disso, recomenda-se a implementação de um plano de manutenção periódica, garantindo a conservação do relevo tátil e da legibilidade do Braille ao longo do tempo.

Fotografia 11 - Mapa tátil



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Nota: os dados foram coletados durante o 1º semestre de 2025.

5.12 Acessibilidade no banheiro adaptado próximo à administração

Durante a análise, foi identificado um banheiro exclusivo para Pessoas com Deficiência (PcD) localizado próximo à administração da Biblioteca Central. Esse sanitário apresenta todas as adaptações necessárias para garantir acessibilidade adequada, conforme estabelecido pela ABNT NBR 9050:2020.

Entre os elementos verificados, destacam-se: largura da porta adequada para a circulação de cadeirantes, barras de apoio laterais no vaso sanitário, altura da pia e do espelho conforme a norma e sinalização específica indicando o uso exclusivo para PcD. De acordo com a seção 7.5 da NBR 9050:2020, banheiros acessíveis devem conter porta com largura mínima de 80 cm, permitindo a passagem de cadeirantes; área de manobra de 1,50 m de diâmetro, garantindo espaço suficiente para movimentação; barras de apoio instaladas ao lado do vaso sanitário, auxiliando o usuário na transferência; altura da pia entre 78 cm e 85 cm, permitindo o uso confortável para cadeirantes; e sinalização adequada, assegurando a identificação do espaço acessível.

A inspeção confirmou que o banheiro próximo à administração atende plenamente a esses critérios, garantindo acessibilidade completa para Pessoas com Deficiência (PcD). Em contrapartida, o banheiro destinado aos estudantes apresenta restrições, como altura inadequada da pia e ausência de algumas adaptações essenciais, comprometendo a acessibilidade.

Diante dessa constatação, recomenda-se que o banheiro adaptado próximo à administração seja utilizado como modelo para futuras adequações nos demais sanitários da instituição, especialmente no banheiro dos estudantes. Essa medida contribuirá para padronizar as instalações sanitárias acessíveis dentro da Biblioteca Central, promovendo equidade e inclusão para todos os usuários.

Com essa verificação, a análise dos banheiros adaptados foi concluída, complementando a avaliação geral da acessibilidade na biblioteca.

Fotografia 12 - Banheiros adaptados



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Nota: os dados foram coletados durante o 1º semestre de 2025.

5.13 Acessibilidade nos Elevadores da Biblioteca Central

Os elevadores da Biblioteca Central foram avaliados quanto ao seu funcionamento e conformidade com os padrões de acessibilidade, assegurando que possam ser utilizados de maneira segura e confortável por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A análise considerou aspectos fundamentais para a acessibilidade, incluindo funcionamento adequado, espaço interno suficiente para manobras de cadeirantes, porta de acesso com largura apropriada e botões acessíveis com marcação em Braille e altura adequada.

De acordo com a ABNT NBR 9050:2020, seção 6.5, os elevadores acessíveis devem atender a requisitos específicos, tais como largura mínima da porta de 0,80 m, dimensões internas que permitam manobras de cadeirantes (recomendado pelo menos 1,40 m de profundidade por 1,10 m de largura), corrimão interno instalado a uma altura adequada, sinalização tátil e botões em Braille, além de avisos sonoros e visuais indicando o andar e o fechamento da porta.

A inspeção confirmou que os elevadores da Biblioteca Central atendem aos requisitos da ABNT NBR 9050, proporcionando acessibilidade, segurança e autonomia para todos os usuários. No entanto, algumas melhorias podem ser implementadas para otimizar ainda mais a acessibilidade. Recomenda-se a revisão periódica dos sistemas de sinalização sonora e visual, garantindo que estejam sempre em funcionamento adequado; a verificação da altura dos botões, certificando que estejam entre 0,90 m e 1,35 m, conforme a norma; e a manutenção do corrimão instalado a uma altura entre 0,80 m e 0,92 m, garantindo apoio seguro para os usuários.

Com a adoção dessas práticas, os elevadores da Biblioteca Central continuarão atendendo plenamente às diretrizes da NBR 9050, promovendo um ambiente acessível, seguro e funcional para toda a comunidade acadêmica e visitantes.

Fotografia 13 - Elevadores



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Nota: os dados foram coletados durante o 1º semestre de 2025.

A acessibilidade da Biblioteca Central foi avaliada com base na ABNT NBR 9050:2020, contemplando diversos elementos essenciais para garantir um ambiente verdadeiramente inclusivo e acessível para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A análise identificou pontos que já atendem às normas de acessibilidade e aspectos que necessitam de adequação para assegurar a plena conformidade.

Os estacionamentos foram analisados e verificou-se que o estacionamento do Centro de Vivência está sinalizado, porém requer manutenção na pintura e nas placas, enquanto o estacionamento da Reitoria ainda não possui demarcação de vagas acessíveis e carece da sinalização obrigatória. As calçadas e o piso tátil direcional estão presentes, mas é necessário avaliar sua conformidade quanto à largura, espaçamento e direcionamento correto para garantir um trajeto seguro. Em relação às rampas de acesso, a rampa da entrada principal atende aos requisitos da norma, enquanto a rampa da Seção de Coleções Especiais apresenta inclinação superior ao permitido e necessita de ajustes.

O sistema antifurto possui largura entre as antenas dentro dos padrões exigidos, mas o balcão da guarda de bolsas não conta com recuo acessível, sendo necessária uma adequação para permitir a aproximação frontal de cadeirantes. Os balcões de atendimento e algumas mesas comuns seguem os padrões de acessibilidade, apresentando altura e recuo adequados para usuários em cadeiras de rodas. No que se refere à distância entre estantes, os corredores principais e internos no térreo e primeiro andar atendem às normas de acessibilidade, enquanto no segundo andar algumas passagens são menores do que o recomendado e podem ser ajustadas para melhorar a circulação. Os elevadores estão operando corretamente e atendem aos critérios de acessibilidade, permitindo manobras seguras e conforto para os usuários. O mapa tátil está instalado e disponível para usuários com deficiência visual, mas recomenda-se uma revisão para confirmar sua conformidade com todos os critérios da NBR 9050, incluindo altura de instalação, contraste e indicação adequada das rotas acessíveis.

Entre os aspectos que necessitam de adequação, destaca-se a ausência de vagas demarcadas para PcD no estacionamento da Reitoria, além da falta de sinalização adequada, o que dificulta a acessibilidade. A rampa da Seção de Coleções Especiais apresenta inclinação acima do permitido pela NBR 9050, exigindo ajustes estruturais para garantir segurança e acessibilidade. O sistema antifurto e o balcão da guarda de bolsas não possuem recuo acessível para cadeirantes, comprometendo a autonomia dos usuários com deficiência e demandando reformulação do espaço. No segundo andar, alguns espaços entre estantes possuem largura inferior ao recomendado (1,10 m), o que pode dificultar a circulação de cadeirantes e usuários com mobilidade reduzida.

Para garantir que a Biblioteca Central esteja plenamente acessível e em conformidade com a NBR 9050, recomenda-se adequar o estacionamento, demarcando vagas acessíveis e instalando a sinalização correta; corrigir a inclinação da rampa da Seção de Coleções Especiais, garantindo que esteja dentro do limite normativo; adaptar o balcão da guarda de bolsas, implementando um recuo mínimo de 30 cm para permitir a aproximação frontal de cadeirantes; reorganizar a disposição das estantes no segundo andar, assegurando corredores internos com largura mínima de 1,10 m para facilitar a circulação; e revisar o mapa tátil, garantindo que esteja posicionado na altura correta e que todas as informações sejam acessíveis e de fácil leitura para usuários com deficiência visual.

Para garantir que a Biblioteca Central esteja plenamente acessível e em conformidade com a NBR 9050, recomenda-se adequar o estacionamento, demarcando vagas acessíveis e instalando a sinalização correta; corrigir a inclinação da rampa da Seção de Coleções Especiais, garantindo que esteja dentro do limite normativo; adaptar o balcão da guarda de bolsas, implementando um recuo mínimo de 30 cm para permitir a aproximação frontal de cadeirantes; reorganizar a disposição das estantes no segundo andar, assegurando corredores internos com largura mínima de 1,10 m para facilitar a circulação; e revisar o mapa tátil, garantindo que esteja posicionado na altura correta e que todas as informações sejam acessíveis e de fácil leitura para usuários com deficiência visual.

A Biblioteca Central já apresenta avanços significativos em acessibilidade, atendendo a diversos critérios estabelecidos pela NBR 9050. No entanto, para garantir uma inclusão plena, alguns ajustes são indispensáveis, especialmente na infraestrutura de circulação e no mobiliário adaptado. Com a implementação das recomendações propostas, a biblioteca poderá oferecer um espaço mais seguro, funcional e acolhedor, promovendo autonomia para pessoas com deficiência e contribuindo ativamente para a construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo e acessível para todos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as condições de acessibilidade arquitetônica da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), à luz da

norma ABNT NBR 9050:2020 e dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), especialmente na dimensão infraestrutura. A partir de uma abordagem qualitativa, descritiva e aplicada, utilizou-se um checklist estruturado para avaliar, de forma sistemática, os elementos físicos e estruturais do espaço, com base em observação direta, documentos institucionais e registros fotográficos.

Os resultados evidenciaram que, apesar de algumas iniciativas pontuais voltadas à inclusão, ainda existem barreiras físicas significativas que dificultam o acesso pleno de pessoas com deficiência à biblioteca. Elementos como a sinalização incompleta, a ausência de adequações em mobiliário e de rotas acessíveis comprometem a autonomia e a equidade no uso desse espaço por todos os usuários. A constatação dessas fragilidades reforça a necessidade de uma atuação institucional mais eficaz e contínua, voltada à superação dessas barreiras, em consonância com os preceitos legais e os compromissos éticos da universidade pública.

Além de mapear as inadequações, a pesquisa propôs recomendações práticas e alinhadas às normas técnicas, as quais podem subsidiar gestores e planejadores institucionais na elaboração de ações corretivas e preventivas. Assim, este estudo não apenas cumpre um papel diagnóstico, mas também se apresenta como um instrumento de apoio ao planejamento e à gestão inclusiva.

Conforme discutido ao longo do trabalho, a acessibilidade deve ser compreendida como um direito fundamental e como um indicador de qualidade no ensino superior. Para Morosini (2014), a equidade é um princípio estruturante da qualidade educacional, exigindo tratamento diferenciado para garantir oportunidades iguais. Nesse sentido, investir em acessibilidade não é apenas uma exigência normativa, mas uma estratégia para garantir o direito à educação, à permanência e à formação cidadã dos estudantes com deficiência.

Por fim, espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir com a consolidação de políticas públicas mais efetivas de acessibilidade no âmbito da UFPB e, por extensão, sirvam de referência para outras bibliotecas universitárias que almejam ser, de fato, espaços democráticos, inclusivos e promotores do conhecimento para todos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050:** acessibilidade e edificações, equipamento e mobiliário urbano à pessoa portadora de deficiência. Rio de Janeiro, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050:** acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3. ed. Rio de Janeiro, 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BERSCH, R. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: s.n., 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf, Acesso em: 02 mar. 2025.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campos, 2004.

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino, 3. ed. Vozes, São Paulo, 1992.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação;** LDB n. 9394. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Decreto n. 7234 de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial [da] União. Brasília, DF, 20 de jul. 2010.

BRASIL. Decreto n. 7611 de 17 de novembro de 2011. Dispões sobre a educação especial. Diário Oficial [da] União. Brasília, DF, 18 nov. 2011a. Seção 1, p. 12.

CARVALHO, J. C. L. **A socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias**. Niterói: Intertexto, 2004.

CARVALHO, Rosita. **Educação Inclusiva com os pingos nos “is”**. Porto Alegre : Mediação, 2004. 176 p.

CASTRO, S. F. de. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades publicam brasileiras**. 245 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

CUNHA, M. B. da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 71-89 jan./abr. 2000.

DIAS SOBRINHO, J. Qualidade, avaliação: do SINAES a índices. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 13, n. 3, p. 817-825, 2008.

EMMANUELLI, M. N. **Acessibilidade física em bibliotecas universitárias**: um direito de todos. Monografia (Especialização em Gestão de Bibliotecas Universitárias) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FÁVERO, M. de L. de A. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FERREIRA, L. S. **Bibliotecas universitárias e brasileiras**. São Paulo: Pioneira, 1980.

GARCIA, R. M. C. **Políticas públicas da inclusão**: uma análise educação especial brasileira. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GAWANDE, Atul. **The Checklist manifesto**: how to get things right. Metropolitan Books, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da segregação à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial brasileira. **Inclusão (Brasília)**, Brasília/DF, v. 1, n.1, p. 35-39, 2005.

MACEDO, A. R. de et al. Educação superior no século XXI e a reforma universitária brasileira. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 47, p. 1-15, 2005.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 8.ed. Barueri: Atlas, 2002.

MARTINS, N. A. **A palavra escrita**: história do livro da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ático, 2002.

MAZZONI, A. A. et al. Aspectos que interferem na construção de acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MELO, F. R. L. V.; MEDEIROS, R. **Inclusão de alunos com deficiência no ensino superior**: ações no contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Trabalho apresentado no 4. Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, Londrina, 2007.

MELLO, C. A. B. **Controle jurídico do princípio da igualdade**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

MIRANDA, A. Biblioteca universitária no Brasil: reflexos sobre a problemática. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 1., 1978, Niterói. **Anais...** Niterói, 1978. p. 1-10.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; et al. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis: vozes, 2004.

MOREIRA, L. C. **Universidade e alunos com necessidades educacionais especiais**: das ações institucionais às práticas pedagógicas. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MOREJÓN, K. **O acesso e a acessibilidade de pessoas com deficiência no ensino superior público no estado do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

MOROSINI, Marília Costa. Qualidade da educação superior e contextos emergentes. *Avaliação*: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v. 19, n. 2, p. 385–405, jul. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772014000200010>. Acesso em: 25 mar. 2025.

NUNES, M. M. de S. M. **A biblioteca pública universitária, acessibilidade e pessoas com deficiências físicas**. 63 f. Monografia (Especialização em Gestão Universitária) - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação. Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

OLIVEIRA, E. T. G. de. **Acessibilidade na Universidade Estadual de Londrina**: o ponto de vista do estudante com deficiência. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos**. 1948. Disponível em: <https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declaracao-direitos-humanos>. Acesso em: 05 fev. 2025.

PELA, M. A. P. **A biblioteca universitária, espaços formativos e inclusão**: a perspectiva de graduandos com deficiência visual. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRES, S. P. **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Unicamp, 2008.

PUPO, E. J.; SANTOS, G. C. As novas tecnologias da informação: uma proposta de acesso e atendimento a usuários com necessidades especiais em bibliotecas universitárias. In: SEMINÁRIO ACESSIBILIDADE, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL, 1., 2001, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, Faculdade de Saúde Pública, 2001.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUSSO, M. **Bibliotecas universitárias brasileiras**: diretrizes para o próximo milênio. São Paulo: Associação Paulista de Bibliotecários, 1998.

SANTANA, J. V. Biblioteca universitária e a transferência da informação: problemas e perspectivas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 31-44, jan./jun. 1989.

SANTOS, W. H.; LEONARDO, N. S. T.; GARCIA, R. A. B. Políticas públicas de acessibilidade no ensino superior: implicações na educação do aluno com deficiência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, n. 10, Esp. 661, p. 1-15. 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr., p. 10-16. Arquivos UFG, 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SOUZA, B. C. S. de. **Programa Incluir (2005-2009)**: uma iniciativa governamental de educação especial para a educação superior no Brasil. 179 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

TARAPANOFF, K. Planejamento de e para bibliotecas universitárias no Brasil; sua posição sócio econômica e estrutural. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2., Brasília, 1981. **Anais...** Brasília, 1981.

TORRES, E. F. **As apresentações de acesso ao ensino superior de jovens e adultos na educação especial**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Biblioteca Central da UFPB**. Histórico da Biblioteca Central. João Pessoa, 2024. Disponível em: www.bc.ufpb.br. Acesso em: 30 dez. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Organograma da Biblioteca Central da UFPB**. João Pessoa, 2024. Disponível em: <https://www.bc.ufpb.br>. Acesso em: 30 dez. 2024.

ZAINKO, M. A. S. **Educação superior, democracia e desenvolvimento humano sustentável**. Trabalho apresentado no Seminário Internacional de Políticas e Gestão de Educação Superior. Curitiba, 2002.

_____. Políticas de formação de professores na universidade pública: uma análise de necessidades, entre o local e o global. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 37, p. 113-127, maio/ago. 2010.